

Diário do Legislativo de 07/07/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 21ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecremge - e a Comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo

1.2 - 41ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 42ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/7/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagem - Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes - Palavras do Deputado Domingos Sávio - Exibição de vídeo - Entrega de placas - Palavras do Sr. Luiz Gonzaga Viana Lage - Palavras do Sr. Ronaldo Scucato - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - José Henrique - Antônio Carlos Arantes - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Sebastião Helvécio - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20 horas e 15 minutos, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Antônio Carlos Arantes, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecemge - e a comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Ronaldo Scucato, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Minas Gerais - Ocemg -, representando o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB -, Márcio Lopes de Freitas; Luiz Gonzaga Viana Lage, Diretor-Presidente da Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cecemge -; José Salvino de Menezes, Presidente da Confederação Sicoob Brasil; Marco Aurélio Almada, Presidente do Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob -; Alberto Ferreira, Vice-Presidente do Sicoob Central Crediminas; Cristiano Félix, Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da ALMG - Cofal -; e Deputados Antônio Carlos Arantes e Domingos Sávio, coautores, com o Deputado José Henrique, do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional que será executado pelo Coral da Assembleia, sob a regência de Antônio Carlos de Magalhães.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Leitura de Mensagem

O locutor - Neste instante, faremos a leitura de mensagem enviada pelo Exmo. Sr. Deputado Federal Paulo Piau, Secretário-Geral da Frencoop Nacional. (- Lê:)

"Vimos parabenizar a Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela promoção de reunião especial, na noite de hoje, destinada a homenagear a Sicoob - Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. pelos seus 15 anos de fundação e a comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo. Particpei, na manhã de hoje, de reunião no Plenário do Senado Federal em que homenageamos o 87º Dia Internacional do Cooperativismo e os 10 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP - durante sessão solene conjunta do Congresso Nacional. Orgulho-me em fazer parte da Frente Parlamentar do Cooperativismo Brasileiro - Frencoop Nacional - como Secretário-Geral, porque o cooperativismo é uma forma de desenvolvimento do País. Parabenizo a Frencoop da Assembleia Legislativa, da qual fui Presidente, o que muito me honra, aos Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e José Henrique, autores do requerimento que deu origem a esta reunião solene, e aos cooperativistas agraciados com placas e homenagens na noite de hoje. É importante, para que o movimento cooperativista continue crescendo e alcance novos espaços, que ele esteja em consonância, articulado e dentro do parlamento, para que se possa avançar na lapidação de uma legislação que fomenta o setor".

Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes

Exmo. Sr. Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, neste ato representando o Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Sr. Ronaldo Scucato, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Minas Gerais - Ocemg -, nosso grande amigo; Sr. Luiz Gonzaga Viana Lage, Diretor-Presidente do Sicoob Central Cecemge; Sr. José Salvino de Menezes, Presidente da Confederação Sicoob Brasil; Sr. Marco Aurélio Almada, Presidente do Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob -; Alberto Ferreira, Vice-Presidente do Sicoob Central Crediminas - leve um abraço ao nosso amigo Dr. Eli Penido -; Sr. Cristiano Félix, Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Domingos Sávio, meu amigo, meu companheiro, meu líder, coautor do requerimento que deu origem a esta solenidade, hoje esta Casa tem a honra de homenagear um segmento que muito contribui para o crescimento do Estado e que comemora, no próximo sábado, em escala planetária, o Dia Internacional do Cooperativismo. Por isso dedicamos um momento especial ao setor, na pessoa do Presidente do Sistema Ocemg Sicoob - Minas Gerais -, Ronaldo Scucato, que também representa a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB.

Há 87 anos se comemora, oficialmente, o Dia Internacional do Cooperativismo. A data reconhece, em todo o mundo, o significado das cooperativas para o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades.

Em 2009, o tema escolhido pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI - tem o objetivo de impulsionar a recuperação global por intermédio das cooperativas. Com o tema, fica evidenciado, portanto, o interesse do setor em promover, incentivar e alcançar o bem-estar da sociedade.

Na realidade, a data é comemorada sempre no primeiro sábado do mês de julho, mas resolvemos antecipar as comemorações fazê-las coincidir com esta homenagem da Assembleia Legislativa ao cooperativismo mineiro. Afinal, Minas Gerais possui mais de 830 cooperativas, que, juntas, reúnem quase 1 milhão de cooperados e geram 28 mil empregos diretos, têm importante papel nas exportações, no PIB mineiro e são importantes instrumentos no que se refere a investimento e contribuição para a sociedade. Então, esta é uma data marcante, em que se comemora a criação de um sistema empresarial socialmente responsável e distribuidor de riquezas.

Se estou aqui neste momento, Presidente Ronaldo Scucato, nosso grande amigo e sempre parceiro, é porque sou fruto, sou filho do cooperativismo. O cooperativismo nasceu na minha vida quando eu tinha 12 anos de idade: eu e meus amigos, crianças da zona rural de Jacuí, reunimo-nos e discutimos o fato de que queríamos cooperar; juntos, iríamos fazer um campinho de futebol. Pegamos foices, enxadas - mais de 30 crianças - e fizemos um campinho, que era uma gracinha; compramos a bola e constituímos o melhor time de crianças da zona rural de Jacuí. Depois tivemos o melhor time de futebol de jovens e já éramos quase imbatíveis. Organizamo-nos com o apoio da Emater e da nossa querida Cooparaiso, cujo Presidente é o Deputado Federal Carlos Melles, com muito orgulho. Juntos, fizemos um grande trabalho de cooperação por intermédio da Associação de Produtores, de que fui Presidente por cinco anos. E crescemos buscando tecnologia, crédito e incentivo em todos os sentidos. Tornei-me Prefeito por causa do cooperativismo, da ação dos cooperados da Cooparaiso, dos cooperados da Cooperativa de Leite, fruto da vontade de crescer. Por isso posso dizer que a minha simpatia e a minha ação no cooperativismo vêm do nosso crescimento juntos, e esses frutos têm desenvolvido a melhoria dos produtores, principalmente os da nossa região.

Sr. Presidente, não foi por acaso a nossa indicação para que fosse comemorado hoje o Dia Internacional do Cooperativismo e homenagearmos o cooperativismo mineiro. Fizemos isso de coração e reconhecendo que essa é a melhor forma de crescermos: nos unindo, e não dividindo. É por causa do cooperativismo que um produtor de café, na minha Cooparaiso, com 10 sacas de café vale tanto quanto o que tem 10 mil sacas na hora de eleger a diretoria, na atenção e no carinho que recebe. E há ali uma grande cooperativa. Temos orgulho da nossa região, porque as cooperativas de café, de leite e de crédito são exemplos de desenvolvimento, de crescimento e de apoio ao produtor rural. E não só ao produtor rural, porque hoje está muito aberto também o cooperativismo de crédito.

Se as coisas estão difíceis no campo, estão difíceis para o produtor. Então, se não fosse o sistema cooperativo, as coisas estariam piores. Sentimos ânimo e esperança de dias melhores, porque temos um cooperativismo sério, que nos fortalece. A nossa Ocemg inspira-nos a profissionalização, a seriedade e a participação ativa. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Domingos Sávio

Prezado colega 2º-Vice-Presidente desta Casa, Deputado José Henrique, que neste ato representa o nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho; prezado amigo Sr. Ronaldo Scucato, líder de todos nós, referência para o cooperativismo em Minas, no Brasil, na América Latina e - por que não dizer - no mundo, numa história de vida dedicada ao cooperativismo; prezado amigo Sr. Luiz Gonzaga Viana Lage, Diretor-Presidente do Sicoob Central Cecremge, companheiro de várias jornadas, também líder de todos nós, de modo especial no cooperativismo de crédito, mas com uma visão de mundo e, acima de tudo, com um comportamento exemplar na sua trajetória à frente do cooperativismo nas diversas funções que já ocupou. Cumprimento também o Sr. José Salvino de Menezes, Presidente da Confederação Sicoob Brasil; Dr. Marco Aurélio Almada, Presidente do Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob -; prezado amigo Alberto Ferreira, Vice-Presidente do Sicoob Central Crediminas, meu amigo de longas jornadas - dá-me uma alegria enorme estar revendo-o sempre nas lutas pelo cooperativismo, nós que estivemos, lado a lado, na fundação da Crediminas, e tenho a alegria de vê-lo hoje, aqui, como Vice-Presidente do Sicoob Central Crediminas - também aqui representando o grande Presidente Eli Penido, a quem solicito que transmita o nosso abraço; prezado Cristiano Félix, Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da ALMG - Cofal -, cumprimento-o estendendo também a todos os Presidentes de cooperativas que aqui vieram, servidores de cooperativas e, acima de tudo, cooperativistas que compreendem que, nesta homenagem, há mais que uma simples solenidade, mas a importância, o respeito e o valor que todos nós damos ao cooperativismo; meu grande parceiro, Deputado Antônio Carlos Arantes, líder já respeitado em toda a Minas Gerais, que se revela aqui neste Parlamento mineiro um grande defensor do cooperativismo e de todas as causas justas para o mineiros.

Meus colegas do cooperativismo, a felicidade numa noite como esta se amplia porque, além de o foco estar na nossa causa, nos nossos ideais cooperativistas, ela é acrescida pelo prazer de estar nos revendo, estar encontrando inúmeros amigos que aqui vieram. São pessoas com quem tenho tido o privilégio de, ao longo de aproximadamente 30 anos, lutar pelas causas do cooperativismo. E seguramente, neste momento, milhares de cooperativistas, eu posso dizer, sejam eles dirigentes, cooperados, pessoas que compreendem a importância dessa forma de organização dos povos, acompanham-nos também pela TV Assembleia. Nesta oportunidade quero dizer da alegria de estarmos unidos, renovando, fortalecendo essa chama do cooperativismo, esses pilares simbolizados pelos nossos dois pinheirinhos, para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, e de fazê-lo homenageando a Ocemg, e assim todo o cooperativismo, pelo Dia Internacional do Cooperativismo.

Nesta oportunidade, de maneira precisa, prestamos esta justa homenagem à Sicoob Central Cecremge, na pessoa do grande líder Luiz Gonzaga Viana Lage, de toda a Diretoria e de todos os cooperados que compõem esse grande sistema. Trata-se de algo que nos comove e alegra, mas é uma referência e tem uma função prática que se caracteriza como uma atividade de trabalho.

A primeira iniciativa de cooperação entre as pessoas surgiu há 165 anos, em 1844, em Manchester, na Inglaterra, reunindo alguns tecelões para não serem subjugados à força voraz do capital, que, naquele momento, organizava-se de maneira definitiva. Então, era necessário, como continua sendo, um contraponto para que os princípios da solidariedade humana se baseassem na vocação do ser humano em buscar a felicidade, compreendendo que esta é inatingível se ela se fecha em si mesma, pois a felicidade é algo que só conseguimos compreender no sorriso de alguém, no calor de um aperto de mão ou de um abraço. Também nas atividades produtivas, no comércio, na indústria, na produção agrícola ou na prestação de serviços, sabia-se que o verdadeiro significado das coisas, especialmente das pessoas, dos seres, não se obtém meramente com o lucro. O cooperativismo nasceu disso.

Há 165 anos, essa iniciativa se fez necessária e deu bons frutos. Em pouco mais de um ano, aquele empreendimento que reunia pouco mais de 20 pessoas mostrava-se promissor. Mais do que nunca ele se mostra importante diante de uma crise mundial, que não decorre do sistema cooperativo ou da relação entre as pessoas, mas da forma de organização do capital e da produção. Essa crise alerta-nos para a necessidade de que o cooperativismo continue sendo a grande alternativa de organização entre os povos.

O cooperativismo mostra-se como a terceira via capaz de reunir o que há de bom nas propostas de organizações capitalistas competitivas, que buscam resultados, desenvolvimento, aperfeiçoamento tecnológico, capacidade de otimizar a produtividade, e uma série de premissas necessárias ao desenvolvimento do ser humano. Por outro lado, se colocadas como únicas referências da atividade humana, essas propostas tornam-nos frios, calculistas, egoístas, agressivos, violentos e excludentes, capazes de acreditar que o lucro se sobrepõe à pessoa. Mas é possível extrair o que há de bom na proposta capitalista e somá-lo à proposta socialista, que tem muita coisa boa, como a busca de oportunidades iguais, de garantia dos direitos e princípios básicos para a vida de todo ser humano, de organização da sociedade, definindo que alguns valores e princípios são inegociáveis e não podem se submeter ao capital. Se colocados de forma absoluta, tiram-nos um bem essencial à vida, que é a liberdade, a capacidade de nos organizarmos e de buscarmos alcançar os nossos sonhos. Assim, escravizam-nos nas normas frias do Estado.

Luiz Gonzaga, meu querido irmão de fé no cooperativismo, e prezado líder Ronaldo, o cooperativismo é a terceira via, mas se torna uma ponte, unindo os valores dessas duas filosofias que tanto dividiram a humanidade, que foram causadoras de tantas guerras e que, ainda hoje, não trazem respostas objetivas e completas para os sonhos de cada civilização. O cooperativismo é uma ponte capaz de unir pessoas e formas de produção, de unir princípios que parecem antagônicos, mas que se complementam.

Por isso, homenageamos o Sistema Sicoob Cecremge, que é uma referência para nós. É uma referência porque mostra que o cooperativismo é importante e deve se organizar não apenas em células de produção de matérias-primas, bens e serviços, mas como um grande sistema. Mostra que é possível fazer isso sem que as células produtivas sejam sugadas, escravizadas e definhem. Isso é extremamente importante em uma central. Registro minha admiração pelo Sistema Cecremge por conseguir ser, em 15 anos, uma das melhores e maiores centrais do Brasil, com um capital e um volume de giro financeiro que, a passos largos, já se aproxima da casa do bilhão. Hoje tem mais de R\$650.000.000,00 de fluxo permanente, valor gerido com uma responsabilidade exemplar, reunindo milhares e milhares de cooperativistas em mais de uma centena de postos de atendimento e quase uma centena de cooperativas. E o faz sem retirar a autonomia, a força, o vigor e a liberdade de cada uma de suas associadas. Isso é um exemplo de central para nós.

Prezado Alberto, da mesma forma é merecedora de todas as homenagens, e seguramente as terá no momento apropriado, a nossa querida Crediminas, da qual me orgulho de ser um fundador. São exemplos para o cooperativismo. Exemplos que fazem com que essas células de organização da produção se fortaleçam, mas trabalhem unidas e em harmonia, como fez o belo Coral da Assembleia, que nos brindou com nosso hino, fazendo-nos perceber que, além da sua beleza cívica, possui uma melodia que nos chega de maneira harmoniosa quando alguém rege e outras pessoas se organizam de maneira voluntária, com o propósito único de fazer o bem. É o que se faz aqui.

Concluo minhas palavras dizendo a cada um dos cooperativistas e demais presentes que, nesta noite, temos a alegria de, em nome do povo mineiro, homenagear o cooperativismo internacional por meio do Dia Internacional do Cooperativismo, o que fazemos de forma tranquila e segura por meio da nossa Ocemg, nossa organização maior no Estado de Minas. Ao mesmo tempo, temos a alegria de homenagear o Sistema Cecremge como uma referência de organização, eficiência e competitividade. Ao fazer essa homenagem, vamos além, levando a milhões de pessoas de mais de 400 Municípios mineiros, que nos acompanham pela TV Assembleia ao vivo, a mensagem de que o cooperativismo é essencial nas nossas vidas. É preciso educar os nossos filhos, as nossas crianças nas escolas públicas, os nossos jovens, os nossos empresários nas associações comerciais, os nossos políticos, enfim, os nossos cidadãos, para que compreendam que uma sociedade mais justa e perfeita

não pode prescindir do cooperativismo. Por isso, salve o cooperativismo no seu dia internacional! Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Neste momento, convidamos os presentes para assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, o Deputado José Henrique, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega de placas alusivas a esta homenagem aos Srs. Luiz Gonzaga Viana Lage, Diretor-Presidente do Sicoob Central Cecremge, e Ronaldo Scucato, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Minas Gerais - Ocemg. A primeira placa contém os seguintes dizeres: "A base do sistema cooperativista é a união de pessoas voltadas para objetivos comuns, fundamentadas em valores de solidariedade, igualdade, democracia e participação. No Dia Internacional do Cooperativismo, a homenagem e o reconhecimento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais à Ocemg, que contribui decisivamente para o fortalecimento do sistema". A segunda placa contém os seguintes dizeres: "A base do sistema cooperativista é a união de pessoas voltadas para objetivos comuns, fundamentadas em valores de solidariedade, igualdade, democracia e participação. Na data em que se comemoram os 15 anos de fundação da Sicoob Central Cecremge, a homenagem e o reconhecimento do Parlamento de Minas Gerais a esta entidade que vem promovendo com excelência a integração entre as cooperativas mineiras".

O Sr. Presidente - Convido os Deputados Antônio Carlos Arantes e Domingos Sávio, coautores do requerimento, para fazermos a entrega das placas.

- Procede-se à entrega das placas.

Palavras do Sr. Luiz Gonzaga Viana Lage

Prezado Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembleia, que hoje preside esta sessão e que é nosso representante na Frente Parlamentar do Cooperativismo Estadual; Ronaldo Scucato, nosso Presidente maior da nossa organização estadual, com quem faço a caminhada do cooperativismo há mais de 30 anos; José Salvino de Menezes, herói do cooperativismo brasileiro - com todo o sacrifício físico e de saúde, o Salvino não desgruda da causa e não a larga, estando sempre conosco, merecendo, por isso, a nossa homenagem e o agradecimento por estar aqui, hoje -; Marco Aurélio Almada, jovem Presidente do Bancoob, em quem depositamos muita esperança - esperamos que você traga para o Banco o respeito que ele sempre mereceu -; Alberto Ferreira, nosso companheiro na Crediminas - um abraço, que sejamos sempre amigos cooperativistas -; Cristiano, meu amigo, fundador, juntamente comigo, dessa central - muito obrigado -; Deputado Antônio Carlos Arantes, com quem tive o prazer de conversar pela primeira vez aqui, hoje - muito obrigado pela menção, pela honra de eu estar aqui hoje recebendo esta homenagem -; Deputado Domingos Sávio, meu companheiro na Ocemg - há cerca de 12, 13, 15 anos, falamos de cooperativismo -; prezados amigos, caros cooperativistas, senhores convidados e senhoras aqui presentes, vamos aqui, neste curto espaço de tempo, contar a história dessa cooperativa central que hoje, orgulhosamente, recebe nesta Casa, marco de liberdade de todos os mineiros, uma homenagem que nos toca como dirigente ao mesmo tempo em que reconhece o cooperativismo como fonte inesgotável de igualdade social e de solidariedade entre as pessoas.

Não citaremos números. São eles frios e muitas vezes não retratam o sentimento das pessoas, pois se trata de quase uma epopeia daqueles que iniciaram esta grande obra: o Sicoob Central Cecremge, que com alegria vi nascer. Peço a vocês a permissão para contar a sua história. Era início de 1992 quando me aposentei na Usiminas. Vou descansar uns tempos, pensava eu, e depois ver o que fazer. Quinze foram os dias em que fiquei a vadiar, pois um grupo de amigos, dirigentes de cooperativas, convidaram-me para ir ao Sul do País conhecer uma tal "Central de Cooperativas", sucesso no momento. Fui até lá e caí que nem um patinho na esparrela. Mas conto o porquê.

Na volta, lá para os lados de Maringá, paramos para almoçar, e, ali mesmo, na margem da estrada, disseram-me que eu seria o próximo Presidente da Femicoop - entidade que antecedeu a Cecremge. Relutei e lancei mão de todos os argumentos possíveis para fugir, naquele momento, podíamos dizer, de uma gelada de todo o tamanho. Mas qual! Fizeram comigo o mesmo que fazem com os peões de rodeio: todo mundo ajuda a montar no touro bravo, mas, no picadeiro, pobre do peão: fica só ele e o bicho a corcovear.

Fui eleito Presidente da Femicoop e, cheio de planos, pus-me à obra. Que decepção! Não podíamos nada. Nem casa para morar existia, muito menos dinheiro. Tínhamos, entretanto, um grupo de empregados abnegados, que ombreamos conosco na difícil e quase impossível tarefa de construir, de fato, uma confederação que atendesse aos anseios das filiadas. Mas isso ainda era pouco diante de tão grandes necessidades. Procuramos então o Secretário de Agricultura e Minas à época, o Sr. Alysson Paulinelli. Talvez com dó daquele grupo mambembe, mas cheio de vontade, colocou à nossa disposição, além do gerente do Sudcoop, Sr. Lindomar Antônio, mais quatro técnicos, entre eles o Sr. Élio Duarte, que aqui se faz presente. Esse camaradinho, capiau de Santa Bárbara, arregaçou as mangas e percorreu todo o Estado das Gerais, levando às cooperativas de então a necessidade de nos unirmos e criarmos uma central, que já existia em todo o Brasil. Lançada a semente, passamos a nos reunir e a discutir o projeto de uma nova entidade. Fácil não foi, mas foi edificante. Percebemos, em nossa gente, uma vontade enorme de erguer um grande empreendimento que resgatasse a grandiosidade que tínhamos na Feleme. Realizamos a Assembleia Geral e constituímos a nossa Cecremge. E agora, manê? O Élio, aquele da Sudcoop, veio definitivamente para o nosso meio e foi nomeado Superintendente da Central. Contratamos novos funcionários, que se juntaram ao grupo e, com uma vontade férrea, puseram-se a trabalhar. Saímos de uma casinha velha ali na Rua dos Otoni, cheia de cupins, e nos mudamos para o Gutierrez, quase debaixo de um viaduto, para um imóvel que tinha, no máximo, 2m de pé direito e que, para complicar, tinha uma viga no meio, a qual obrigava a todos que por lá passassem a se abaixarem.

Móveis? O quê? Fomos a um botafora e compramos, a preço de quase nada, 8 mesas, 10 cadeiras e 1 mesa de reunião para toda a diretoria. Tempos difíceis e de saudosas lembranças. Lembranças daqueles que nos ajudaram, sem nomeá-los, e que guardamos eternamente na memória. Carregamos andores pesados, mas o sacrifício valeu. E como valeu! Inventamos coisas e modas. Vários dirigentes de outras centrais criticavam: "Cooperativas de comerciantes? Que despropósito. Isso não existe". Todos têm cooperativas hoje, mas com outros nomes. De passo em passo, as nossas cooperativas cresceram, a Central estruturou-se, compramos sede própria e a reformamos. Continuamos a inventar moda e a criar coisas novas, para não ficarmos na mesmice, e instituir paradigmas: controladoria, auditoria direta e indireta, centralização financeira e reserva de liquidez. Que sossego! Há algo que nos toca mais de perto e que nos traz um orgulho muito grande: reconhecemos que copiamos o modelo da DGRV da Alemanha e o adaptamos às nossas necessidades. Com o apoio da Ocemg-Sescoop-MG, temos hoje um centro de excelência, que dota nossos dirigentes e funcionários das filiadas de filosofia cooperativista, com visão nas modernas técnicas do sistema financeiro. São quase 500 pessoas em treinamento. O espaço que me foi dado acabou, mas não acabou a fé inquebrantável que tenho no cooperativismo. Se preciso for, começaremos tudo de novo. Obrigado.

Palavras do Sr. Ronaldo Scucato

Boa-noite a todos. Sr. Presidente, nesta noite e nesta Casa, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia

Legislativa, muito obrigado pelas considerações e pelo prestígio conferido ao cooperativismo mineiro e brasileiro.

Deputados Domingos Sávio e Antônio Carlos Arantes, juntamente com o Deputado José Henrique, V. Exas. não precisam de maiores referências, porque têm uma trajetória autêntica de cooperativistas. O Deputado Antônio Carlos Arantes nasceu no cooperativismo, e o Deputado Domingos Sávio é Presidente de cooperativa agropecuária, cooperativa de crédito e Conselheiro da Ocemg. É pioneiro na Frente Parlamentar, ao lado do Deputado José Henrique. Elaboramos juntos a Lei nº 15.075, de apoio ao cooperativismo mineiro, a qual saiu desta Casa, isto é, foi votada na Casa, à unanimidade. Uma lei pioneira e a primeira a ser sancionada pelo Governador do Estado. Então não precisa de maiores referências, é só o agradecimento.

Hoje, nesta Casa, somos todos do PC, somos suprapartidários, somos do partido do cooperativismo. Agora vou seguir por aqui. Dileto amigo Alberto, também já lutamos juntos no conselho da Ocemg, por longas caminhadas no cooperativismo. Salvino, de Goiás, bravo lutador cooperativista. Presidente Almada, hoje é noite de contar histórias. Lembro-me de quando fui designado pela OCB para ir ao DG-Bank em Frankfurt, a fim de começar as tratativas para a constituição de um possível banco do cooperativismo brasileiro. E hoje vejo aqui um jovem Presidente, crescendo com o nosso banco. Vou dizer-lhe que concordo com o Barão de Itararé - e que não se ofendam os banqueiros. O Barão disse que o banco é uma entidade que empresta dinheiro para a gente quando apresentamos provas suficientes de que não precisamos de dinheiro. Aí é que reside a grande diferença entre o banco e a cooperativa de crédito. A grande diferença não é cobrar juros menores e pagar taxas maiores na captação. Essa não é a diferença. A diferença é o acesso ao crédito, como dizia o grande pioneiro do cooperativismo de crédito, o francês Pierre Bourdieu. Se reconhecidos fôssemos, deveríamos ter um retrato do Bourdieu em cada cooperativa, porque ele foi um grande lutador contra a agiotagem, os juros escorchantes. Parabéns pelo seu trabalho frente ao Bancoob.

Companheiro Cristiano, meu conselheiro, na sua pessoa quero cumprimentar, na plateia, inúmeros conselheiros e ex-conselheiros da Ocemg. Peço licença à Presidência para cumprimentar as mulheres cooperativistas, as Dras. Lázara e Tatiana, que são minhas conselheiras e mulheres cooperativistas autênticas. Estendo o cumprimento a todas as mulheres e às minhas funcionárias aqui presentes. Estou aqui nesta noite também representando e trazendo o abraço do Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, da qual tenho a honra de ser Vice-Presidente. Também quero cumprimentar a imprensa e todos os funcionários e assessores da Assembleia, na pessoa do meu particular e dileto amigo Duílio. Cooperativistas, hoje é dia de contar história. A nossa caminhada, Deputado Domingos Sávio, Deputado Antônio Carlos Arantes e Deputado José Henrique, é uma trajetória de transparência, é uma parceria de seriedade e honestidade. Costumamos dizer que as coisas nascem por esta Casa - e não é porque estou nela, no momento -, no Legislativo, porque o Judiciário vem mais para consertar, quando consegue, e o Executivo para benfazer, quando tem competência. Aqui é o Norte, a bússola e o contorno. Costumo dizer que o Legislativo é a garrafa, que é o continente, o que contém, e o resto todo, a economia e tudo mais, é o conteúdo. As coisas nascem nesta Casa com transparência, e isso me lembra de Platão. É bom que se diga isso, nos dias de hoje. Platão, de certa feita, disse que era perfeitamente compreensível e aceitável a criança ter medo do escuro. A tragédia da vida é o adulto ter medo da luz. E vivemos os tempos dos atos secretos, que não podem ser revelados. Parece vampiro, não pode com a luz do dia, tem horror e alergia pela aurora. Parece que amam o crepúsculo e o anoitecer. Esta Casa - não porque nos homenageia, mas por estarmos acompanhando o trabalho diuturno desses legisladores e parlamentares - sim demonstra a transparência e a honestidade. Por isso agradeço aos Deputados muito mais pela postura que têm e pela homenagem que dão ao restante do País do que pela homenagem. Parabéns, Srs. Deputados. O cooperativismo mineiro agradece, e eu, pessoalmente, agradeço muito mais, porque me lembro de que, ainda jovem, quando me formei no primeiro curso que fiz na Fundação Friedrich Naumann, perguntaram-me: "Onde trabalha?". Respondi que era em uma cooperativa. "O que faz?" "Sou Diretor financeiro." Eles então me disseram que eu deveria estar lá arranjando rolo. Essa era a imagem do cooperativismo, uma imagem sempre negativa de que as cooperativas eram ruins e locais onde as pessoas se locupletavam. Muitas vezes, fui criticado até pelos meus familiares: "Mas você não vai seguir sua carreira? Você tem um futuro promissor". Insisti e continuei no cooperativismo, porque sempre acreditei nele, e hoje estamos aqui, no meu entender, na casa pública mais importante do Estado de Minas Gerais. Estamos sendo homenageados, não eu, mas todos nós, com o reconhecimento de que o cooperativismo veio e fala a favor da sociedade.

Sr. Presidente, já falei até mais do que deveria, mas agora vou concluir com algo extremamente pessoal, por isso peço licença. Há três anos, recebi uma grande graça. O homem lá em cima resolveu me agradecer. Respeitando todos os credos, todas as crenças, todas as religiões, prometi agradecer de público e demonstrar minha gratidão pela graça recebida, que considerarei muito além do meu próprio merecimento. Com 22 dias da graça recebida, fui à Europa representar o Brasil numa feira internacional. Dada a proximidade do Santuário de Santiago de Compostela, resolvi ir até lá para agradecer. Naquele lugar, existe um nicho de granito onde os peregrinos colocam a mão e fazem três pedidos. Prometi fazer isso publicamente, e nada melhor que esta Casa para demonstrar o meu agradecimento, a minha gratidão. Agora quero compartilhar com todos os cooperativistas, com toda esta Casa Legislativa, com todos os seus componentes, desde o mais humilde até o seu Presidente, incluindo os meus particulares amigos Antônio Carlos Arantes, José Henrique e Domingos Sávio, aquilo que pedi no Santuário. São três pedidos, todos iniciados por "s". O primeiro "s" é o da saúde. Sejam todos saudáveis, para levar avante seus projetos pessoais, familiares, coletivos, comunitários, institucionais. Saúde para todos! O segundo "s" é o da sabedoria. Sejam todos sábios, porque sabidos o Brasil tem muitos. O terceiro "s", com o meu abraço a cada um, com o meu agradecimento a esses que propuseram esta homenagem e a toda esta Casa, é o da sorte. Tenham todos muito boa sorte! Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Sr. Ronaldo Scucato, Presidente da Ocemg; Sr. Luiz Gonzaga Viana Lage, Diretor-Presidente do Sicoob Central Cecemge; Sr. José Salvino de Menezes, Presidente da Confederação Sicoob Brasil; Sr. Marco Aurélio Almada, Presidente do Bancoob; Sr. Alberto Ferreira, Vice-Presidente do Sicoob Central Crediminas; Sr. Cristiano Félix, Presidente da Cofal; Deputados Antônio Carlos Arantes e Domingos Sávio, coautores do requerimento que deu origem a esta solenidade; senhoras e senhores; representantes e Presidentes de cooperativas; a comemoração dos 15 anos da Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais, conjugada à celebração do Dia Internacional do Cooperativismo, é motivo de grande júbilo para a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O cooperativismo e o Parlamento, como instituições democráticas, têm vários pontos em comum, com destaque para a promoção do equilíbrio social e de uma distribuição de renda mais justa. Cooperativas diversas, abrangendo funcionários de empresas públicas e privadas, profissionais liberais ou comerciantes de todas as regiões do Estado, integram o Sicoob Central Cecemge, que não só representa seus interesses como promove sua integração com o sistema financeiro nacional. A associação solidária entre indivíduos, base do cooperativismo, representa um dos mais efetivos esforços da humanidade desde os tempos primitivos, tendo não só sido a garantia de sua sobrevivência, mas também um fator determinante na construção de culturas e civilizações. A defesa dos interesses comuns, quer na colheita, na caça, na pesca, quer na habitação, está presente na história planetária desde os povos mais antigos, nos momentos de formação tanto dos que se desenvolveram junto ao Nilo quanto dos que cresceram à margem dos rios da Mesopotâmia. De modo semelhante, o descobrimento da América revelou formas bem-definidas de cooperação entre os astecas, maias e incas. No primeiro século da colonização do Brasil, as missões jesuítas tentaram criar um Estado em que prevalecesse a ajuda mútua. Mas, como resposta à Revolução Industrial e suas novas máquinas, com os traumas provocados no seio das classes trabalhadoras, veio surgir o cooperativismo moderno, que logo se desenvolveu em todo o mundo. Aquele grupo de tecelões ingleses de Rochester estabeleceu os pilares do movimento em pleno século XIX, viabilizando desde a poupança resultante da compra conjunta de alimentos até a criação de estabelecimentos industriais e agrícolas voltados para o sustento dos associados. Desde então, as cooperativas disseminaram-se por vários setores, demonstrando sua capacidade de enfrentar desafios pelo uso das ferramentas da produtividade, da competitividade e da responsabilidade social. O sistema cooperativista consolidou-se pela ação democrática e fez com que, no Brasil, os Municípios que contam com pelo menos uma cooperativa instalada se destaquem dos demais em relação ao índice de desenvolvimento humano. Como as cooperativas funcionam como distribuidoras de renda, seus resultados permanecem na região, impactando favoravelmente toda a sociedade, melhorando a educação, a saúde e a qualidade de vida de toda a população. A cooperativa tem também se mostrado como o melhor caminho para o homem do campo ter acesso à tecnologia, ao crédito e à assistência especializada, para competir com os grandes conglomerados que integram o agronegócio. O cooperativismo urbano, por sua vez, tem papel relevante na diminuição da exclusão social e da concentração de renda, combatendo o desemprego e oferecendo soluções em áreas diversas,

como as cooperativas educacionais, de saúde, de consumo e de crédito, como é o caso bem-sucedido das que integram a nossa Cecemge.

Neste momento em que uma crise mundial nos propõe o desafio de superá-la e a todas as suas consequências negativas, as cooperativas são uma força importante, advinda do exemplo da união e do esforço comum para a vitória, com suas próprias bases criadas em uma época de profundos transtornos econômicos e sociais. Têm-se mostrado muito mais resistentes às crises do que empresas que seguem outros modelos de gestão. Todas elas vêm crescendo na dificuldade, tanto pela solidez das cooperativas de crédito quanto pelos resultados positivos das demais, capazes de prosperar em situações adversas. Têm contribuído, assim, para a manutenção e geração de novos postos de trabalho, garantindo a renda das famílias, assegurando que os preços se mantenham em nível razoável e permitindo que bens de consumo, alimentos e serviços permaneçam confiáveis e de boa qualidade. Continuam as cooperativas de crédito financeiro possibilitando segurança às pessoas físicas e às pequenas empresas, demonstrando que o negócio cooperativo é sustentável, pois é embasado em valores éticos e transparentes, que constituem a vanguarda hoje da construção de um novo sistema econômico, que valoriza não só a produtividade como o bem-estar geral. O associativismo não é apenas um decisivo motor econômico, mas é o grande impulso da democracia e da responsabilidade social. É uma forma mais justa de fazer negócios, também sentida na importante questão ambiental, pois focaliza um futuro comprometido com a sobrevivência das próximas gerações. Esta comemoração, portanto, é também o reconhecimento das fundamentais lições do cooperativismo. Que elas nos sirvam como guia para um novo modelo socioeconômico, em que o desenvolvimento sustentável da economia seja indissociável do desenvolvimento econômico. Um Brasil melhor e uma humanidade melhor dependem de uma política nacional de incentivo ao cooperativismo, e essa tem sido uma das bandeiras empunhadas por esta Casa. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 3, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/6/2009

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Ademir Lucas; discursos dos Deputados André Quintão, Lafayette de Andrada, Gustavo Valadares, Antônio Júlio, Alencar da Silveira Jr. e Délio Malheiros; votação do requerimento; aprovação - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1 e 2; questão de ordem; leitura e votação nominal da Emenda nº 3; rejeição; declaração de voto - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.186/2009; requerimentos do Deputado Padre João (2); deferimento; discursos dos Deputados Padre João, Paulo Guedes, Carlin Moura, Weliton Prado, Antônio Júlio e Vanderlei Miranda; votação do Substitutivo nº 8, salvo emendas e destaques; aprovação; verificação de votação; questão de ordem; ratificação da aprovação; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 a 7 e das Emendas nºs 2, 4 a 12, 34 e 43; votação das Emendas nºs 1, 3, 13 a 33, 36 a 41 e 44 a 55; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 35; discursos dos Deputados Weliton Prado e Domingos Sávio; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 42; discursos dos Deputados Weliton Prado e Alencar da Silveira Jr.; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; declarações de voto; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, apresento esta questão de ordem apenas para dizer que o Governador enviou a mensagem a esta Casa com o Projeto de Lei Complementar nº 53. Esse projeto é de fundamental importância para o aprimoramento das questões das promoções tanto de Oficiais quanto de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Num primeiro momento, tivemos a Lei Complementar nº 95, também capitaneada pelo esforço do Deputado Mauri Torres, Líder do Governo. Mas, naquele momento, não conseguimos a nova modalidade de promoção da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Por meio da Lei nº 5.301, o modelo de promoção da Polícia Militar perdurou por quase 40 anos, e agora a Lei Complementar nº 95 trouxe uma inovação às promoções dessas categorias. Quero registrar com muita alegria, aliás, fiz isso pessoalmente durante a solenidade do Minas Olímpica, no Palácio dos Despachos, que tive oportunidade de agradecer ao Governador Aécio Neves o envio do Projeto de Lei Complementar nº 53. Muitos policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais estão ansiosos para saber o conteúdo desse projeto de fundamental importância, que vem disciplinar de forma mais clara a avaliação de desempenho desses servidores. Isso será inserido no estatuto, já que essa mudança é genérica, ou seja, atingirá todos os servidores públicos do Estado. Trata-se não só da questão da ADE, mas também da modificação dos pontos da Lei Complementar nº 95 e da Lei nº 5.301, que

trata das promoções. Já estávamos fazendo gestões junto ao governo do Estado e ao Comando da Polícia Militar desde a época do Cel. Hélio dos Santos Júnior; logo em seguida, com o Cel. Renato Vieira de Sousa, assim que assumiu o Comando da Polícia Militar, e o Cel. Gilvam Almeida Sá, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros. Então é com muita alegria, Sr. Presidente, que recebemos a mensagem do Governador Aécio Neves. Queremos, de público, agradecer-lhe a iniciativa de enviar esse projeto de lei, que, com certeza, diminuirá a expectativa de muitos companheiros, 1^{os}-Sargentos, 2^{os}-Sargentos, Capitães e Majores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que esperavam esse projeto para fazer essas correções. Então não poderia, Sr. Presidente, deixar de solicitar essa questão de ordem e de agradecer ao Governador, ao Comando da Polícia Militar e ao Bombeiro Militar por fazer gestões, somando esforços com este Deputado, para que esse projeto chegasse a esta Casa. Contamos com o Deputado Mauri Torres, nosso Líder do Governo, para que possamos apresentar as emendas a esse projeto. Obviamente, faremos novas gestões junto ao governo, para o seu aprimoramento. Fica, então, registrado o nosso agradecimento ao Governador Aécio Neves.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Ademir Lucas solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.186/2009 seja apreciado em segundo lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, seria para encaminhar até uma questão de ordem. Verificando hoje as declarações do Presidente da Copasa - aliás, gostaria de obter ajuda da assessoria da Casa -, parece-me que esse é um projeto desnecessário, pois estamos votando uma agência reguladora que, entre outras atribuições, vai arbitrar o reajuste. O Presidente da Copasa pediu agilidade à Assembleia, porque tem de dar um reajuste de 9,5%. Já fez até o cálculo retroativo de quanto ele perdeu. Então gostaria que o Líder do Governo se pronunciasse sobre o verdadeiro papel da agência. O Presidente cobrou agilidade da Casa, para que ele desse o aumento.

Pediria à assessoria da Casa, à assessoria do Bloco, que também nos esclarecesse, porque um dos papéis da agência é examinar e proceder autorização para o reajuste. Confere, não é? E o Presidente já disse: "A Assembleia tem de votar porque tenho de dar o reajuste". Estou achando que é uma agência de fachada, agência chapa-branca, agência homologatória; raposa tomando conta da galinha. E quem vai pagar o pato é o consumidor, que terá um reajuste fiscalizado por uma agência que não tem mecanismo de controle social.

Para encaminhar o requerimento, creio que deveríamos até retirar esse projeto da pauta. O Presidente da Copasa já disse que vai dar o reajuste de 9,5%, e não se conversa.

Então eu queria um esclarecimento, não só para mim, mas também para o cidadão e para a população de Minas Gerais, que já paga muita taxa, muita tarifa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Com o máximo respeito que temos ao eminente Deputado André Quintão, obviamente ele está fazendo uma brincadeira com o Plenário. Ele está cansado de saber que o Presidente da Copasa não tem atribuições para suplantando as atribuições do Poder Legislativo. E sabe muito bem que a agência, na verdade, é um órgão de defesa do consumidor. Hoje o consumidor, se precisar, irá reclamar com a própria empresa; não existe uma agência reguladora. Estamos instalando uma agência reguladora nos moldes da que o PT instalou na Bahia, do Governador Jaques Wagner, com o objetivo justamente de regular o serviço.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares* - Falando depois do veterano, Deputado Lafayette de Andrada, apenas para responder ao Deputado André Quintão, creio que o Presidente da Copasa está no papel dele. Para que a empresa não feche o ano com "deficit", ele tem de reivindicar aquilo que é justo para que a empresa consiga continuar cumprindo os seus compromissos, colocando dinheiro e fazendo os investimentos necessários para universalizar, Deputado Luiz Humberto Carneiro, o acesso ao tratamento de água e de esgoto em todo o Estado. Esse é o objetivo da Copasa.

Agora, não há como trabalhar com prejuízo. O papel do Presidente da Copasa é esse, sim, Deputado André Quintão, de reivindicar da agência que será criada. E tenho certeza de que os nobres pares vão aprová-la na noite de hoje, em primeiro turno. O papel dele é reivindicar da agência aquilo que ele julga necessário para ter ao menos o empate das contas, aquilo que se investe com aquilo que se gasta. Não há empresa nenhuma, seja ela do Estado, seja ela empresa privada, que trabalhe para fechar com as contas negativas. É por isso que ele reivindica, e está no papel dele, na obrigação dele.

Pior, Deputado José Henrique, se tivéssemos um Presidente da Copasa que não reivindicasse aquilo que ele julga necessário para manter a empresa saneada, mantendo os investimentos em todo o Estado, independentemente de cor partidária, de Prefeito; se A, B, ou C apoia ou não o governo, se gosta ou não da Copasa. Para continuar administrando bem a empresa, ele precisa reivindicar.

Agora, quem vai dar o aumento, quem vai julgar se é ou não justo esse aumento de 9,5% é a agência, que será, como diz o texto do Projeto de Lei, uma agência independente. O Presidente da Copasa está no papel dele. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tenho tido uma definição sobre a questão de agência.

Quando o Deputado Lafayette de Andrada diz que agência é para proteger o consumidor, fico com uma tristeza muito grande. Isso porque o sistema de agência que se instalou em nosso país é para beneficiar as empresas e as operadoras do serviço. Não é, em momento algum, para beneficiar o consumidor; nenhuma das agências, Anac, Anatel, Anael. Todas elas estão trabalhando na lógica do empreendimento e dos investidores. E é isso que vai acontecer com a Copasa.

A Copasa foi impedida de dar o aumento, e até dizem que é pela exigência da legislação federal de que se deve criar uma agência. Na verdade,

a agência não é reguladora, mas homologatória, porque os primeiros Diretores da agência serão nomeados pelo governo e pela Copasa e, logicamente, tutelados por aqueles que mandam.

O governo está querendo conceder dois aumentos, um inicial de 9% e depois mais um de 9%. Deputado Paulo Guedes, devemos ter um aumento de, pelo menos, 38%, ou seja, é a projeção para este ano, e já estamos no meio do ano, para beneficiar os investidores da Copasa. É isso que me deixa revoltado, é isso que estamos votando. Estamos aqui dando autorizações à Copasa, por meio dessa agência reguladora, que trabalhará em função dos investidores, e não do consumidor. Logicamente será feito o regimento interno, mas, pela legislação, não se fala do consumidor. Havia até propostas de que os consumidores ou as prefeituras tivessem assento na agência reguladora, e não terão. Por quê? Porque não interessa, porque o governo quer ter seu controle. Como fica desgastante para o Governador Aécio Neves dizer que autorizou o aumento - e ele sabe disso -, criam essa agência. Volto a repetir: não concordo com a exigência na esfera federal, o mesmo que fizeram com a Cemig quando a obrigaram a constituir três empresas com os mesmos Diretores e Presidente. Isso é para enganar as pessoas.

Quanto à questão das agências, quero dizer, Deputado Paulo Guedes, que hoje recebi um empresário de Pará de Minas que foi multado, em nome da Agência Nacional do Petróleo - ANP -, pelo Corpo de Bombeiros do Estado. Um rapaz que tinha lá um cubículo com 10 botijões de gás foi multado em R\$30.000,00. Então estão brincando com as questões das agências no Brasil. Agora teremos mais uma agência em Minas Gerais, a agência reguladora de água, que fará, daqui a alguns dias, convênios com o Igam e o Corpo de Bombeiros. Este é agora o novo Ministério Público, o rei da cocada preta. Por exemplo, em uma festa que haverá na zona rural, na terra do Deputado José Henrique, ele exige a mesma segurança do Axé Brasil no Mineirão. Vejam a que absurdo chegam, e é isso o que acontecerá com as agências. Por esse motivo nos posicionamos contra ela desde o início. Abordei algumas questões, não quiseram discutir a agência e estão deixando o tempo passar, ganhando tempo para que não haja discussão e se chegue ao processo de votação, quando o projeto passa por seis reuniões ordinárias. A Assembleia Legislativa precisa acordar para isso. O Poder Legislativo tem de acordar para tudo o que estamos votando nesta Casa e neste país, sempre na lógica dos investidores e do capital. Não podemos permitir isso.

Entendo que o Estado deve se organizar, a Copasa deve se organizar, mas esta hoje só trabalha na lógica, não no departamento social. Para se fazer o social, criaram a Copanor, uma empresa falida, porque ninguém sabe para onde vai, para onde foi ou onde vai ficar. Criaram a Copanor, porque a Copasa tem de dar lucro e distribuir dividendos. A Copasa não deve fazer investimento social nem puxar cano hoje na periferia, na zona rural ou nos bairros mais carentes. Por quê? Porque ela precisa ter lucro e rendimento a fim de encher o bolso dos investidores que comparam os 49% das ações, e todos nós sabemos como foi feita essa venda. Contrataram uma empresa que vendeu um pacote de ações da Copasa, e ninguém teve a transparência da venda dos 49% das ações. O governo fez a captação do recurso, e não sabemos de que forma e por que foi feita a venda. Houve pressão do Presidente da Copasa, que hoje já adiantou que precisa do aumento de, pelo menos, 9,5% o mais rápido possível, a fim de recuperar os primeiros seis meses. Na hora em que a agência vier, Deputado Hely Tarquínio, sabe o que acontecerá? A Copasa pedirá o aumento de 43%. Depois sabem o que acontecerá novamente? A agência dará o aumento de 28%, pois já deu o de 9%. Com mais 28%, serão 37%, o que a Copasa quer para este ano.

Farão isso, porque entendem que dessa forma haverá recuperação das ações da Copasa e na distribuição dos dividendos com esse aumento de pelo menos 37% ainda neste ano. Esse aumento tem sido barrado ao longo do tempo. O Governador Aécio, na legislatura passada, barrou um aumento absurdo da Copasa. Mas agora querem recuperar essa diferença, jogando-a para uma agência, mas ninguém sabe quem é o Diretor, o Presidente ou o Diretor Executivo. Não conhecemos a figura do Chefe ou do Comandante em nenhuma agência criada neste país.

Digo isso, porque hoje vi a atuação feita pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que é o novo Ministério Público, estão achando que mandam e desmandam neste Estado. Precisamos rever a autonomia que concedemos ao Corpo de Bombeiros, porque não é possível continuarmos aceitando o que está acontecendo em nome de uma segurança que, na verdade, é uma balela, um pretexto para arrecadação do Corpo de Bombeiros. Com a agência, ocorre a mesma coisa. A Assembleia tem de chamar aqui o Corpo de Bombeiros para saber como foram elaborados os termos desse acordo com a Agência Nacional de Petróleo. Por que o Corpo de Bombeiros vai trabalhar para a Agência Nacional de Petróleo? Precisamos saber disso, por ser de responsabilidade da Assembleia Legislativa.

Hoje, nossos eleitores, nossos companheiros do interior, estão à mercê da atuação do parlamento. Hoje, estão sofrendo todo tipo de fiscalização que nós autorizamos, porque somos nós que fazemos as leis. Depois, eles pagam as consequências. Nós também pagamos as consequências. Quantas demandas os Deputados recebem e, às vezes, nem querem olhar, mas são absurdas. Causou-me revolta ver o que está acontecendo em nosso Estado. Estão usando nossos aparatos de segurança pública para trabalhar para uma agência. Por isso, da forma como todas as agências foram criadas em nosso país, não trazem benefício para a população. Pelo contrário, são agências arrecadatórias, estão preocupadas em ter muito dinheiro para fazer caixinhas e distribuição de renda das agências. É isso que ocorrerá com essa agência reguladora.

Deputado Hely Tarquínio, é uma agência tão bem concebida, que só aqui na Assembleia já mudou de nome três vezes, e o projeto possui vários substitutivos. Parece que já está no oitavo substitutivo, porque não está bem concebida ou bem definida sua atuação, especificando para que fim foi criada essa agência reguladora. Foi criada sem a participação do consumidor ou das prefeituras. Até entendo que ela não obriga as prefeituras a estarem ligadas aos regulamentos desta agência, mas deveria, porque algumas prefeituras, para agradar ao governo, pois precisam aumentar sua arrecadação, vão assinar em favor da agência, mas não deveriam assinar.

Outro absurdo é que estão cobrando uma taxa totalmente inconstitucional para a manutenção da agência. Não se pode criar taxa em cima de faturamento. Existe decisão do Supremo sobre isso. Todos sabem disso, mas estamos criando esse absurdo aqui. A Agência terá em sua receita cobrança de taxas em cima de faturamento, e estamos aprovando. Sabe o que ocorrerá? Entrarão na justiça e suspenderão os atos dessa agência. Isso já é passivo, é tranquilo. O Supremo já definiu que taxa não pode ter característica de imposto. É mais uma irregularidade nessa agência.

Por isso, considero que não deveríamos correr com a votação, apesar de hoje ser o 1º turno, sugiro que haja uma discussão. Vejo que parte da base do governo não quer discutir, quer aprovar o projeto da forma que veio. Depois veremos as consequências.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, vejo aqui alguns companheiros que são militantes de partidos que foram favoráveis à criação de uma agência reguladora em seus Estados. Hoje, é na Copasa; existe em Salvador, na Bahia e há outros, Deputado.

Vou encaminhar favoravelmente ao requerimento e peço o apoio do companheiro Deputado Weliton Prado, que, desde o primeiro momento, foi favorável à criação da agência reguladora do gás natural. O gás natural de Minas Gerais é o mais caro do Brasil. Para resolver essa situação, Deputado, só com uma agência reguladora. Na minha opinião, ela dá condição ao consumidor. Não tenho dúvida disso. É lógico que temos companheiros de alguns partidos políticos que já não se importam muito com o que acontece na Copasa. Quando tiveram oportunidade, a primeira coisa que fizeram foi vender as ações da Copasa. Digo isso de cadeia, porque, quando era Vereador de Belo Horizonte, por entender que seria um lucro para o Município, sempre tive precaução e cuidado com as ações da Copasa. No governo passado, companheiros e companheiras venderam todas as suas ações da Copasa a preço de banana. Portanto não admito dois pesos e duas medidas. Nós, desta Casa, temos de adotar essa ideia, porque realmente precisamos de uma agência reguladora para o gás natural. Eu e o Deputado Weliton Prado contamos com o apoio de todos.

Já fizemos várias discussões sobre agência reguladora nesta Casa. Vários Governadores já implantaram agências reguladoras em seus Estados. Hoje, com a maioria dos Deputados em Plenário, temos condições de avançar na pauta e votar esse projeto. Quem for favorável que vote a favor, quem for contra que vote contra, mas precisamos votar e deixar as coisas andarem. Sem dúvida, uma agência reguladora beneficiará o consumidor. Não importa se será fulano, beltrano, este ou aquele Diretor, o que importa é que teremos condições de solicitar e brigar. Vamos bater lá e dizer o seguinte: nós, consumidores que pagamos a conta de água em Belo Horizonte, em Minas Gerais, temos de discutir esse aumento com quem? Por isso peço a atenção e o voto favorável de todos os companheiros.

Hoje, Sr. Presidente, o Deputado Sargento Rodrigues falou sobre o discurso do Governador Aécio Neves, que disse que, quando assumiu o governo, a situação do Estado era difícil. O Deputado João Leite, que era Secretário à época, lembra-se perfeitamente disso. Ele disse ainda que tivemos de parar ou diminuir com o Minas... Depois mandei adiantar porque a equipe econômica do governo não queria... Há outro detalhe também, foi bem lembrado. Vamos ter uma agência reguladora... Perdi, Sr. Presidente. Hoje o Governador disse que tivemos problemas de recursos do Estado, problemas na educação, na saúde e até mesmo dentro da Copasa, com o Marcelo Siqueira, e hoje podemos nos gabar de que já não existem. Depois que o Governador disse tudo aquilo, ou seja, como assumiu o Estado, estou vendo que o Itamar Franco quer voltar. Quer voltar para quê? Os Deputados que eram membros do partido do ex-Governador Itamar Franco, o PMDB, sabem perfeitamente o que houve. E agora ele quer voltar.

Hoje, depois que o Governador Aécio Neves disse que o Estado estava desta e daquela maneira, lembro que vamos ter uma ficha de filiação no partido político do governo Aécio Neves. Será que o povo mineiro aguenta isso? Será que merece isso? Não poderia deixar de fazer essa observação.

Para finalizar, Sr. Presidente, perguntam-me como está o problema da eleição municipal de Itabirito. Quero dizer que Itabirito não tem Copasa, por isso não tem agência reguladora. Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que temos um processo lá que vai e volta. Hoje, pela quarta vez, voltou o PRE, e o pessoal da defesa está esperando para mandar para Brasília. Ficam nessa. Pedimos uma solução urgente. Conto com o Deputado Weliton Prado. Eu e ele assinaremos a agência reguladora do gás natural mais caro do Brasil, que é daqui de Minas. Um projeto dessa natureza é para ajudar, sem dúvida alguma, o consumidor mineiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Délio Malheiros.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, as palavras do Presidente da Copasa foram infelizes, se é que ele disse o que disseram que ele disse. A Copasa, ao longo dos anos, sempre determinou ou teve seu reajuste determinado pelo seu acionista majoritário, que é o governo do Estado. Não é possível um Estado Democrático de Direito em que o Poder Executivo, sócio majoritário de uma empresa pública ou de economia mista, determine o que o cidadão pagará e receba os lucros advindos da sua determinação. Aqui, em Minas Gerais, tínhamos dois casos semelhantes: um do serviço de água, outro do serviço de transporte. Nesses casos, o Poder Executivo, unilateralmente, estabelecia os reajustes que seriam aplicados, e o consumidor tinha de suportar.

Vem agora esse projeto da agência reguladora. Ele precisa e precisou de aprimoramentos. Apresentamos 13 emendas; destas, 12 foram acolhidas na forma do substitutivo redigido na Comissão de Administração Pública. A Copasa precisa realmente ter freios, a Copasa precisa realmente ter um controle das suas atividades, não somente no que diz respeito aos reajustes, mas também à qualidade do seu serviço. Por exemplo, conseguimos impedir que a empresa suspenda o fornecimento do serviço de água às sextas-feiras ou às vésperas de feriado, porque ela só o religava na semana seguinte. Conseguimos impedir abusos da empresa. Não queremos permitir que a empresa cobre por serviços que não foram efetivamente prestados, que ela continue a cobrar pelo ar que entra nos canos, que ela continue a cobrar nas chamadas unidades autônomas de 6m³ por unidade. É uma espécie de contradição, porque ela orienta a população a economizar água e, num conjunto habitacional, residência de pessoas modestas, formado por apartamentos simples, a Copasa cobra mesmo que aquele condomínio, na sua soma geral, não consuma 6m³ por unidade.

Não é preciso que a Copasa ouça o que este Plenário está dizendo para entender que a agência reguladora não será uma agência homologatória, não será uma agência na qual ela apresentará cálculos unilateralmente e estes serão aprovados, chancelados, e os reajustes deferidos. Acreditamos que o governo do Estado terá bom-senso, ao compor a agência de pessoas isentas, idôneas, capazes de não permitir que a Copasa continue a abusar como vem ocorrendo nas últimas décadas. Neste momento, é prudente que se aprove a agência reguladora; é prudente que se moralizem essas relações entre o consumidor e a Copasa, de maneira a proteger aquele que está no polo mais fraco dessa relação, que é o consumidor. Que ele não seja mais vítima da truculência, do aumento unilateral, da cobrança por água que não passou pelo cano, da cobrança abusiva, quando há suspeita no hidrômetro.

Portanto, Sr. Presidente, acho que essa agência deverá ser aprovada, deverá ser aprimorada, e a Copasa deverá entender que os tempos mudaram, e que a agência terá um papel relevante nas relações entre a empresa e o consumidor. E se a agência não cumprir esse papel, responderá, como a Copasa tem respondido, a inúmeras ações civis públicas. Enganam-se os que pensam que a agência simplesmente homologará esses cálculos. A agência terá o papel de punir, de cobrar, de fiscalizar, de estabelecer reajustes que apenas equilibrem economicamente o contrato, já não será um órgão capaz de homologar o que a Copasa quer. Entendemos que a agência deve ser aprovada, que o projeto deve ser aprimorado, a fim de acabar com os abusos praticados pela Copasa nos últimos anos.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007, dos Deputados Weliton Prado, Carlos Pimenta, Ronaldo Magalhães e outros, que acrescenta o § 3º ao art. 207 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido no 1º turno, e pela rejeição da Emenda nº 3. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação por meio eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adeldo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pindaça Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Deputado Walter Tosta - Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "sim". O posto de votação não funcionou.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 61 Deputados. Não houve voto contrário. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Solicito a leitura da Emenda nº 3, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 3.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Lê a Emenda nº 3, que foi publicada na edição de 7/1/2009.).

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 3.

- Registram "sim" os Deputados:

Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Djalma Diniz - Getúlio Neiva - Sávio Souza Cruz.

- Registram "não" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - André Quintão - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 6 Deputados. Votaram "não" 54 Deputados. Está rejeitada a Emenda nº 3. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, serei breve, apenas gostaria de agradecer a todas as Deputadas e a todos os Deputados pela aprovação da proposta de emenda à Constituição nº 8/2007, que é muito importante, porque visa a valorização da cultura no Estado de Minas Gerais. Parabéns e agradeço a todos os Deputados que votaram favoravelmente e que assinaram esta proposta de emenda à Constituição, de forma especial os Deputados Ronaldo Magalhães e Carlos Pimenta. A Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007 é fundamental. Conforme seu art. 1º, o art. 207 da Constituição Estadual passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º: "A lei estabelecerá o Plano Estadual de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do Estado e à integração das ações do poder público, que conduzirão à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural do Estado e suas origens; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional". Fico muito feliz. Esse é um marco histórico, é uma data muito importante, porque foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007. Parabéns a todas as pessoas que fomentam a cultura em nosso Estado. Sabemos quanto o nosso Estado é rico em diversidade cultural. Agradeço às Deputadas Gláucia Brandão, grande defensora da área da cultura, e Maria Tereza Lara. Agradeço, enfim, a todos os Deputados desta Casa e à Comissão de Cultura, por essa aprovação. Realmente é um momento muito importante para a Assembleia Legislativa e para todo o povo mineiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras-MG - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 12, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 8, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 13 a 55 e dos Substitutivos nºs 3 a 7.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a votação destacada do Substitutivo nº 4. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a votação destacada das Emendas nºs 35 e 42. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, gostaríamos muito de votar aqui, de fato, uma agência reguladora de saneamento, mas infelizmente não é o caso. O que entendemos por saneamento é o que está na lei federal. Saneamento é abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação correta dos lixos e dos resíduos sólidos e também destinação das águas pluviais. Esse é o conceito de saneamento, que não está sendo honrado nesse projeto. Não bastasse tudo isso, assim que foi retomada a tramitação desse projeto nesta Casa, o Presidente da Copasa, Márcio Nunes, afirmou que, no início do segundo semestre, haveria reajustes. E agora, novamente, ele vem reafirmar que a Copasa está tomando um prejuízo mensal de R\$20.000.000,00. Aliás, ele está contando com a votação nesta noite para aplicar o reajuste de 9%. Nobres colegas, não é a Oposição que está dizendo isso, mas o Presidente da Copasa que disse e assegurou por duas vezes. Não foi um furo de notícia. Há cerca de dois meses, ele disse isso e agora tornou a dizer. A finalidade da aprovação desse projeto é legitimar os reajustes das tarifas do serviço de água e esgoto, por isso é importante que cada colega tenha consciência desse ato, ao votar.

Não estamos ajudando os consumidores muito menos o conjunto dos Municípios. Por quê? Esta Casa estaria dando uma contribuição para os Municípios mineiros, se estivéssemos votando aqui uma agência reguladora de saneamento. Cada Município ou consórcios terão de criar uma agência reguladora para regular e fiscalizar os serviços de coleta e destinação do lixo e das águas pluviais. Os Municípios terão de arrumar uma forma para criar outras agências. Onde está o papel do Estado? O papel do Estado é contribuir. Num momento de crise, o Estado deveria estar dando essa contribuição aos Municípios. Estamos votando aqui uma agência reguladora unicamente do serviço de água e esgoto, e a mesma estrutura que regula e fiscaliza água e esgoto poderia regular e fiscalizar os serviços do tratamento de coleta e destinação do lixo, assim como das águas pluviais. Então é preciso otimizar. Estamos negando o princípio da eficácia, e da eficiência na coisa pública.

Por isso ousou dizer, em nome de toda a bancada e de todos os colegas Deputados, que defendemos o projeto inicialmente na expectativa de que tivéssemos a oportunidade de aprimorá-lo, todavia essa oportunidade não nos foi dada. O projeto estava no regime de urgência. Caímos na armadilha quando retiraram o regime de urgência. Para mim, ao retirá-lo, significou uma finalização do governo, do Líder do Governo, em

obtermos espaço e oportunidade para aprimorar o projeto. Sentimo-nos enganados, pois estamos votando da mesma forma; como votamos da mesma forma, poderíamos ter votado mesmo é no regime de urgência. Essa abertura não nos foi dada, e não conseguimos contribuir para os Municípios e muito menos para os consumidores, que, em agosto, já verão que legitimaremos aqui - nós não, porque, em sã consciência, não tenho como votar esse projeto, pois penalizaremos 711 Municípios que já têm um convênio com a Copasa e terão reajuste nas tarifas agora, no segundo semestre.

Assim é uma agência em que, primeiro, toda a direção é nomeada pelo Governador. A Copasa é uma empresa pública de economia mista, todavia quem nomeia os cargos e dá todas as coordenadas e as decisões é o governo. Em relação a ela, quem dá o rumo, as diretrizes e as decisões é o governo. Se é assim, as decisões da agência serão também do governo, pois ele é quem nomeia. Por fim, quiseram nos enganar criando um conselho para enfeitar e dizer que existe, mas não há deliberação alguma. O papel dado ao conselho não resolve nada, não nos atende, nem aos Municípios nem aos consumidores.

Lamentavelmente, em vez de votarmos uma agência de saneamento, estamos votando uma agência para simplesmente ratificar as decisões da Copasa, que visa primeiramente ao lucro e depois à prestação de serviços. Quem fiscalizará a qualidade dos serviços prestados aos Municípios, aos consumidores? Esses 711 Municípios que já têm convênio com a Copasa estão perdendo a titularidade em relação ao saneamento. Então, se votarmos esse projeto, estaremos cometendo um erro. Não tomarei parte nesse erro.

Nobres colegas, Deputados e Deputadas, dentro de poucos meses, verão em seus gabinetes muitos consumidores nos pedindo para pagar sua conta de água, que, se já é cara, mais cara ficará depois dessa votação. Por isso não tem como votarmos o projeto da maneira como ele está. O nosso voto é "não", pois gostaríamos de votar uma agência reguladora de todo o serviço de saneamento em toda a sua abrangência, como diz o conceito da própria lei federal. Esse é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente: não a essa agência, que simplesmente vem para garantir o aumento de taxa pela Copasa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, também venho encaminhar contrariamente à aprovação deste projeto. A criação dessa agência é um exemplo ruim que já temos em nosso país. Foi assim quando Fernando Henrique, Serra e companhia criaram esse monte de agências no País, que não regulam nada, como a Anatel, a Anvisa, a ANPT, a Anel e a Anac. A prova disso, Sr. Presidente é que hoje temos, por exemplo, companhias aéreas que fazem o trecho Montes Claros-Belo Horizonte, e a Anac autoriza a cobrança de tarifas de até R\$600,00 dos consumidores. Então essas agências não têm moral nenhuma para fazer esse tipo de coisa. O que se está querendo criar aqui em Minas Gerais é uma agência que já começa de araque. Deveria mudar o nome de Aras para araque, porque é uma agência chapa-branca, que já vem para dizer o que quer. As declarações do Presidente da Copasa surpreende-nos negativamente, ao afirmar que a criação da agência já é para dar um aumento de 9,5%, e que a Copasa precisa aumentar o lucro de R\$20.000.000,00 por mês, ou seja, ele declara que essa empresa já é lucrativa.

Fiquei mais surpreso ainda, Deputado Carlin Moura, a Cemig hoje é matéria em todos os jornais, pois está sendo premiada pelo tratamento que dá aos acionistas, aos investidores internacionais, mas a Cemig e a Copasa deveriam dar tratamento especial aos consumidores, aos donos dessas empresas, ou seja ao povo de Minas Gerais. Portanto, votamos contra a aprovação dessa agência, que vem para penalizar ainda mais a população mineira, que não aguenta de tanta multa, tantas cobranças. Está instalada em Minas Gerais a agência das multas. É multa para todo o lado, é multa contra o produtor rural, contra os trabalhadores, contra os taxistas, é multa que não acaba mais. Temos de acabar com a indústria das multas. Essa agência vem com esse mesmo sentimento: multar e penalizar todos os mineiros. Todos pagamos conta de água e vamos ser penalizados com mais uma multa.

E mais, Deputado Carlin Moura, essas pessoas que são nomeadas para essas agências têm mandato de oito anos e são intocáveis até pelo Governador ou pelo Presidente da República. Para se ter uma ideia, essas pessoas que estão nas agências Anatel, Anvisa, que foram indicadas no governo Fernando Henrique Cardoso, estão lá até hoje. Por isso autorizam essas passagens aéreas absurdas. A energia que se paga hoje, em Minas Gerais, é a mais cara do mundo. Já pagamos a taxa de água mais cara do Brasil, e ainda querem aumentar e penalizar os nossos consumidores, o povo mineiro. Sabemos que essa agência tem endereço certo; o endereço dela é atingir o bolso do cidadão, por isso o PT encaminha contra, aqui, hoje. Não aguentamos mais tantas multas, tanta perseguição a todas as pessoas de bem deste Estado.

Instalou-se aqui a indústria da multa. Falou muito bem aqui o Deputado Antônio Júlio quando disse que agora até o Corpo de Bombeiros está aplicando multa. Sou testemunha, Deputado. Fui vítima disso quando participei de um evento em Manga, há dois anos, onde se promoveu um carnaval temporão. Lá não existe Corpo de Bombeiros. Mas, no dia da festa, chegaram lá dois funcionários do Corpo de Bombeiros, num carro pequeno. Não levaram nenhum instrumento para apagar incêndio, mas exigiram R\$6.000,00, senão não liberavam o evento. Instalou-se aqui realmente a indústria da multa, das cobranças, das taxas. Não se suporta mais, precisamos fazer algo, e esta Casa não pode se calar diante de mais uma iniciativa perversa de penalizar o cidadão, as pessoas de bem. Quando se aumenta conta de água e de luz, dói no bolso de quem mais precisa, que é o bolso do povo trabalhador, das pessoas pobres deste Estado. As contas da Copasa e da Cemig, todos sabemos, são as mais caras do Brasil, se não posso dizer as mais caras do mundo.

Essa agência vem em má hora, em péssima hora. Trata-se de uma agência cujos membros serão todos indicados pelo Governador do Estado, ou seja, não tem a participação da sociedade. Não podemos contribuir, não podemos falar, teremos de aguentar esse cidadão durante oito anos, mandando aumentar a conta de água todo ano, duas, três vezes, penalizando a nossa população, que já não aguenta mais pagar tanta tarifas, tantos impostos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, nós, do PCdoB, também vamos acompanhar a Bancada do PT-PCdoB. Estamos encaminhando contrariamente ao Substitutivo nº 8, que está para votação aqui, no Plenário da Assembleia. Por que estamos contrários à aprovação do Substitutivo nº 8? Desde o primeiro momento, quando começou a tramitar nesta Casa a proposta da agência reguladora, a nossa Bancada deixou muito claro o nosso posicionamento. A lei federal de saneamento, quando determina a criação de agência reguladora, estipula que essa agência deve ter o papel especialmente de fazer o controle da prestadora de serviço, do preço, da qualidade dos serviços prestados. Mas o que ocorreu na prática, em Minas Gerais? Por imposição da maior prestadora de serviço, que é a empresa Copasa, a agência apresentada pelo governo foi feita à imagem e semelhança da Copasa, Sr. Presidente. E isso fere o interesse principal da lei federal de saneamento. Por que foi feita à imagem e semelhança da Copasa? Primeiramente, chamou-nos a atenção quando o Presidente da Copasa, Márcio Nunes, naquela época, foi impedido pelo Ministério Público de aumentar a conta de água, por meio de uma representação formulada pelo ilustre Deputado Weliton Prado, e a primeira providência do governo foi vir a esta Casa e pedir, em regime de urgência, a aprovação da agência. O que queriam dizer com isso? Queriam dizer que a agência serviria para legitimar o aumento que a Copasa quer impor aos consumidores de Minas Gerais.

A nossa bancada trabalhou firme e convenceu o governo a tirar o regime de urgência para tentar melhorar o projeto, mas o projeto final não reflete em nada o nosso posicionamento. Primeiro ponto: a agência não pode ser só de água e esgoto, mas de saneamento, porque aquele Município que hoje vier a aderir a essa agência terá de criar uma outra agência, por exemplo, para fazer o controle e a coleta do lixo, pois a agência só regulará a água e o esgoto. Então, isso é ruim.

Segundo ponto: da forma como está o projeto, Sr. Presidente, ele está viciado de constitucionalidade, é inconstitucional. Há aqui um artigo que

diz que todos os Municípios que já tiverem contrato prévio com a Copasa estão obrigados a aderir a essa agência, o que fere a autonomia do Município. A titularidade do esgoto e do saneamento é do Município. Então, este não pode ser obrigado a aderir a essa ou àquela agência. O Município tem plena liberdade para aderir à agência, seja esse serviço prestado pela Copasa ou pelo SAE do Município ou por qualquer outra prestadora de serviço na área de saneamento. Quando se obrigam os Municípios a aderirem à agência, estão sendo violados o princípio da sua autonomia e a sua titularidade.

Há outro ponto fundamental, Sr. Presidente. Falávamos sobre a necessidade de se ter a participação da sociedade civil, dos Prefeitos e dos consumidores, e o que foi criado no projeto? Criaram um conselho que, com o maior respeito do mundo, pode ser chamado de conselho opinativo, porque tem a função única e exclusiva de opinar sobre isso, opinar sobre aquilo, não tem nenhum papel. Esse conselho é frágil e a sociedade civil não está verdadeiramente representada. A diretoria da agência é toda nomeada pelo Governador do Estado. Há um único representante dos Prefeitos e, mesmo assim, é necessário que ele tenha o aval do Governador do Estado.

No nosso entendimento, Sr. Presidente, da forma como está, a agência realmente só serve para legitimar o aumento da conta de água que o Presidente da Copasa deseja. Não foi à toa que hoje, em cadeia de rádio, na CBN, mais uma vez o Presidente da Copasa, ao saber que o projeto estaria hoje em votação na Casa, deu como certo o aumento de 9,5% que querem impor aos nossos consumidores. Portanto, entendemos que esse substitutivo, na forma como está, não cumpre o papel do controle social e da fiscalização da sociedade civil. A agência reguladora deve ser uma entidade completamente independente da prestadora de serviço e da Copasa. Assim, encaminhamos contrariamente à aprovação do Substitutivo nº 8, porque ele deturpa a função primordial de uma agência de regulação de saneamento. Dessa sim nós precisamos, mas o que está sendo votado não tem esse papel e não cumpre esse objetivo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, a legislação federal reconhece e garante que a água é um bem público essencial. Se ela é um bem público essencial à vida, não pode ser tratada como mera mercadoria. No nosso Estado, infelizmente a água vem sendo tratada como mercadoria. Se fizermos uma comparação com todos os outros Estados, nos Municípios onde o departamento de água é municipal o valor cobrado pela água da Copasa é muito, muito, muito, muito mais caro. A tarifa cobrada pela Copasa é uma das mais caras do Brasil. Além disso, o valor da tarifa do esgoto é muito caro e chega a 100% do valor da tarifa da água. Há duas grandes injustiças. Primeira: a Copasa alega que a água, em Minas Gerais, é a de melhor qualidade. Estamos com um laudo técnico e queremos fazer parceria com a UFMG para realizar estudos em relação à água. Há laudos como o de Capinópolis, que mostram que a água está imprópria para o consumo. Isso acontece em várias outras cidades. Há cidades em que a Copasa leva água por meio de carro-pipa, como denunciei aqui, e cobram pelo esgoto inexistente, que corre a céu aberto. A Copasa cobra até de pessoas que têm fossa séptica, o que é um verdadeiro absurdo, um grande desrespeito com a população. Há muito tempo estamos denunciando esses casos. A Copasa recebe lucros altíssimos e cobra pelo tratamento de esgoto onde não há tratamento de esgoto. Como exemplo de outros prestadores, cito Sete Lagoas, na região metropolitana, cidade onde nasceu o Deputado Alencar da Silveira Jr. Sete Lagoas cobra pela taxa de esgoto. Lá se faz a coleta de esgoto, que é jogado sem tratamento no Rio das Velhas. Todo o esgoto de Sete Lagoas é recolhido e jogado dentro do Rio das Velhas, mas cobram pelo tratamento de esgoto. Outro exemplo é a cidade de São Francisco. Lá a Copasa colhe o esgoto, finge que o trata e o joga no Rio São Francisco. Denunciei da tribuna da Assembleia a tragédia anunciada pelo fato de a Copasa abrir buracos no Estado inteiro e não se preocupar em fechá-los. A Copasa é responsável pela água de 611 cidades, abre buracos nas cidades, deixando-as como um queijo suíço, e não vai lá tapá-los. Se o Prefeito não tiver dinheiro para asfaltar de novo, não haverá asfalto, porque a Copasa não arruma os buracos que faz. Abrem valetas, buracos e não arrumam. Trouxe aqui o Vereador Marclício, de Carbonita, que fez uma denúncia dos buracos que a Copasa abre em sua cidade. Trouxe as fotos e todos os documentos provando. Falei ao Diretor da Copasa que haverá mortes naquele lugar, que os buracos provocarão acidentes. Quando acontecerem acidentes, a Copasa será responsabilizada. Pedi para não fazerem isso, está tudo aqui, foi uma tragédia anunciada. No último domingo, faleceu o professor de português Marlis Marciel Nascimento Ramos, de São Francisco, com apenas 27 anos. No domingo, dia 21, à noite, ele pilotava uma moto Biz. Deparou com um buraco feito pela Copasa, sem sinalização alguma, caiu dentro, bateu o rosto no chão, quebrou o pescoço e veio a falecer. Ele não foi a primeira vítima desse buraco, foi a terceira pessoa a se acidentar no mesmo buraco. Conversei com o pai da vítima, Sr. José Luís Ramos, que tinha cinco filhos e perdeu o filho mais velho, de 27 anos. É uma tragédia. Deixo nossos sentimentos para a família. O acidente foi na Avenida Oscar Caetano, em São Francisco. Já havíamos avisado sobre a possibilidade de acidentes naquele local. Isso mostra a irresponsabilidade daquele órgão. A Copasa ainda mente. Denunciamos os aumentos ilegais da Copasa desde 2007. Esses aumentos feriam a Lei nº 11.445. Essa lei federal de 2007 estabelece que é obrigatória a criação de agências de saneamento para fiscalizar esse serviço. Como dito aqui, o saneamento abrange os serviços de água, esgoto, drenagem fluvial, águas de chuva, lixo e limpeza pública, tudo isso faz parte do saneamento. Uma agência seria responsável pela fiscalização desse serviço, com a participação autônoma e independente da população e com controle social. Desde 2007, entramos com ações contra a Copasa pelos aumentos ilegais e pela cobrança da taxa de esgoto onde não há o tratamento de esgoto. Em janeiro deste ano, tivemos a felicidade de uma decisão da Justiça que impede o reajuste das tarifas em Minas Gerais até a criação de uma agência específica para sua fiscalização.

A Copasa não aceitou, tentou recorrer e derrubar essa ação no Superior Tribunal de Justiça, alegando que se não aumentasse, iria quebrar e ter dificuldades. O Presidente do Tribunal de Justiça, o Ministro César Rocha, manteve a decisão da Justiça mineira, impedindo o reajuste das tarifas de água e esgoto no Estado de Minas Gerais praticado pela Copasa. Ele negou o pedido da estatal, que queria suspender a liminar, fruto da ação de representação a que demos entrada no Ministério Público. A Copasa alegou que teria prejuízo, mas o Ministro não caiu na deles, dizendo que ela não conseguiu provar. Sabem como a Copasa iria provar que teria prejuízo? De acordo com este texto, que acabamos de tirar do "site" da Copasa, constatamos que só nesse primeiro trimestre, a empresa teve um lucro de R\$133.000.000,00. Ou seja, a Copasa mentiu para o Superior Tribunal de Justiça, porque disse que iria quebrar. O Presidente e a Diretoria da Copasa têm a cara de pau de admitir que, assim que criarem a agência, aumentarão o valor da tarifa de água e esgoto em torno de 9%. Então, Deputado Délio Malheiros, o Deputado que votar a favor desse projeto, estará votando contra o consumidor, contra a população de Minas Gerais. Da forma como está aqui, o projeto não atenderá ao povo. Essa não será uma agência independente, mas homologatória, ela irá fazer tudo o que o governo quiser. O governo vai nomear quem ele quiser. Essa agência será homologatória e tarifária, para aumentar ainda mais a conta de água desse povo tão sofrido do Estado de Minas Gerais. Não caiam nessa. O Deputado acha que o Presidente da Copasa não disse isso, mas disse, eu ouvi. Ele falou para todos os jornais. O Deputado que votar a favor desta lei, votará o aumento da tarifa de água e esgoto. Esse projeto não atende à população de Minas Gerais. Essa agência é tarifária, para aumentar o valor da conta de água. Por isso, conclamo todos os colegas a votar contra esse projeto, que é uma grande traição ao povo mineiro. É como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro. O seu objetivo é aumentar o valor da conta de água e esgoto no Estado de Minas Gerais, que já é muito cara. O povo não aguenta mais. Mais uma vez, faço um apelo para que todos os colegas votem contra esse projeto. Já não podemos permitir tantos abusos. Esse projeto fere a titularidade dos Municípios e não garante a participação popular. A população não tem acesso às planilhas, assim como o tivemos na Cemig, quando conseguimos provar as irregularidades. A Copasa falou e vai continuar falando. Vai pedir o aumento que quiser. Será desse jeito, a bel-prazer, e o governo é que indicará os membros dessa agência.

Fica aqui esta convicção: o Deputado que votar a favor da criação dessa agência, estará votando contra o consumidor de Minas Gerais, contra o povo. As modificações que foram feitas não são suficientes para garantir transparência e independência. Esse projeto é uma maldade para com o povo. A conta de água é muito cara, e o povo já está muito sacrificado. Como já disse, a água é um bem essencial à vida, mas, infelizmente, em Minas Gerais, está sendo tratado como mercadoria. Essa agência é só para fazer aquilo que o governo quer e aumentar ainda mais o valor da conta de água do povo de nosso Estado, que já está tão sofrido.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, retornamos a essa polêmica que é a criação da agência.

Não com o mesmo radicalismo e com a mesma razão do Deputado Weliton Prado, tenho me posicionado contrariamente à criação da agência. Fui contrário à criação da Agência Metropolitana, que já nasceu morta, porque o próprio Prefeito de Belo Horizonte criou uma administração paralela a ela, já que não quer se sujeitar aos interesses que irão compor essa nova agência reguladora da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A questão da agência reguladora do saneamento é ainda mais séria. O Deputado Weliton Prado diz que os membros da agência serão nomeados pelo governo; sim, serão, mas serão indicados pelos sócios acionistas. Sabem por quê? Porque o mandato deles é de oito anos. O mandato do governo atual termina em 2010, mas essas pessoas tomarão conta dos aumentos da Copasa a partir da criação da agência e estarão lá independentemente de quem estiver no governo. Estão defendendo os interesses de quem? Os interesses dos acionistas.

Deputado Délio, em 2001 ou 2002, se não me engano, a Assembleia votou e aprovou, em razão da negociata feita com a Cemig, que ainda hoje continua engasgada na garganta das pessoas corretas de Minas Gerais - o Banco Opportunity, do Daniel Dantas, comprou 33% das ações e passou a ser dono -, num ato de coragem, a Emenda à Constituição nº 50, se não me engano, que diz que o governo, para abrir mão do controle acionário de suas empresas, precisa realizar referendo; temos de fazer uma consulta popular por meio do voto. O que os inteligentes do governo e aqueles que participaram das negociatas da Cemig fizeram? Dividiram a Cemig em várias empresas. A Cemig tem hoje uma "holding" com 49 subsidiárias, com os mesmos Diretores, com os mesmos Gerentes, com os mesmos Contadores. E a Copasa já fez o mesmo. A Copasa, quando tirou da responsabilidade da chamada "Copasa-mãe" as pequenas cidades que poderiam "estar dando prejuízo", entre aspas, para ela, criou a Copanor. Eu dizia - muitos até bateram palmas - que era uma forma de o governo enxugar a contabilidade e os custos da Copasa para melhorar a distribuição dos dividendos. Por quê? Porque ela tirava do orçamento da contabilidade a parte que dava prejuízo. A Copanor, todos sabem, já foi criada deficitária. Perguntava, à época, como podia uma empresa deficitária ter sucesso em seus empreendimentos. Não tinha, porque atendia aos interesses dos investidores da Copasa, que são poucos. As ações da Copasa não foram pulverizadas, estão nas mãos de poucos investidores, numa jogada inteligente - posso dizer -, mas maldosa do ponto de vista dos interesses do povo mineiro e dela mesma. A Copasa deixou de ser uma empresa social - no capitalismo, isso deixa de existir -, porque não faz investimentos nas regiões mais pobres. A "Copasa-mãe" vai investir nas grandes cidades, porque nelas, com certeza, o lucro é garantido.

Veja, Deputado Weliton Prado, que, na minha cidade, Pará de Minas, cobra-se pelo tratamento do esgoto há mais de 25 anos, mas não o temos. Antes da criação da agência, desde 2004, a Copasa tinha um acordo com o Ministério Público para construir a ETE. Mas somente agora, há 15 dias, foi dada a ordem de serviço, porque a Copasa se vê em dificuldade ao não cumprir seus compromissos, cobrando ilegalmente - como já foi decidido - uma taxa de esgoto que não é tratado.

Sabemos que a Polícia Militar Ambiental se preocupa em multar o coitado do produtor rural que às vezes tira um pouco de água do rio e joga na horta que está plantando. Vem a polícia e o multa em R\$16.000,00 ou R\$17.000,00, mas não multa a Copasa, a maior poluidora de mananciais do Estado de Minas Gerais. Se vocês forem à minha cidade, Pará de Minas, verão que todo domingo de manhã a Copasa lança uma descarga no ribeirão que está sendo despoluído. Ela o está despoluindo, mas, ao mesmo tempo, joga nele um material - que não sabemos o que é -, e não dá em nada. No entanto, se for um coitado quem fizer isso - um borracheiro, um lavador de carro -, a polícia vai lá, o Ministério Público vai lá e multa o pobre coitado, obriga-o a responder a um processo criminal. Atualmente, a coitada da pessoa notificada responde a dois processos, um na Copasa ou nos órgãos ambientais e outro na Justiça, criminalmente. O Ministério Público e a Justiça estão praticando os maiores absurdos, principalmente contra as pessoas menos protegidas, contra pessoas corretas, que estão em "sursis" de dois anos e quatro meses, de três anos, porque fizeram um corte em seu pasto. São as maiores covardias. É um desrespeito ao povo, principalmente porque o Juiz de 1ª Instância não tem coragem de decidir contra as exigências do Ministério Público. Às vezes, o próprio Promotor profere a sentença, e o Juiz, para não ter atrito com o Ministério Público, na 1ª Instância, acata a decisão e condena as pessoas irresponsavelmente, porque a maioria das condenações referentes ao meio ambiente não tem embasamento prático, social, educativo.

O que mais me assusta, Deputado Dalmo, é que hoje as agências que estamos criando - os órgãos que criamos - estão preocupadas apenas em fazer receita com multas. Precisamos ter coragem de rever isso. Não podemos permitir que isso aconteça. Atualmente, também o Ministério Público emite multas. "Vamos fazer um termo de ajustamento. Você paga R\$600,00, você paga R\$300,00, você dá cinco cestas básicas para uma entidade qualquer". As pessoas estão desprotegidas.

E ainda há um sério problema, porque nossos advogados do interior também não enfrentam o Ministério Público. Não há, no interior, advogados que o enfrentem, como havia em Belo Horizonte. São pessoas que enfrentam o Ministério Público, que enfrentam o Judiciário, dentro da legalidade.

Os advogados do interior morrem de medo do Promotor. Todos têm medo do Promotor. Todos fazem o que querem. E nós ficamos calados. Tentamos votar - e votamos - uma lei que colocava freio no Ministério Público, que atribuía responsabilidade ao Promotor que abusa do seu cargo. Para eles, é muito cômodo fazer o que estão fazendo, porque não têm de prestar contas a ninguém, nem para eles mesmos. Tenho a certeza de que alguns Promotores adotam esse tipo de comportamento em relação às pessoas mais simples, e talvez não durmam à noite. Devem ficar preocupados e com sentimento de culpa por não terem agido corretamente. Tenho minhas dúvidas, Sr. Presidente. Os membros dessa agência serão nomeados pelos investidores da Copasa, que terão o controle dessa entidade durante oito anos. Como disseram vários companheiros, antes do final do ano haverá um aumento de no mínimo 37% na tarifa, previsto para atender aos interesses dos bons investidores de Minas Gerais, daquelas pessoas que têm contribuído para o desenvolvimento, porque estão levando todos os nossos dividendos, toda a nossa receita, para países próximos de nós. Isso não fica em Minas Gerais; isso fica no bolso e na bolsa de poucos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda* - Sr. Presidente, encaminho o pedido para que votemos agora.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 8, salvo emendas e destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado.

O Deputado Weliton Prado - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental.

Questão de Ordem

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, a verificação de votação é regimental, mas temos absoluta convicção de que não é necessária. É uma atitude inócua fazer verificação de votação.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, é regimental.

O Deputado Zé Maia - Mas não é necessária.

O Sr. Presidente - A Presidência tem de acolher os preceitos regimentais. Solicito a compreensão do Deputado, a fim de procedermos à

verificação de votação.

O Deputado Weliton Prado - Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 46 Deputados. Votaram "não" 10 Deputados. Houve 2 votos em branco. Está ratificada a aprovação do Substitutivo nº 8, salvo emendas e destaques. Com a aprovação do Substitutivo nº 8, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 a 7 e as Emendas nºs 2, 4 a 12, 34 e 43. Em votação, as Emendas nºs 1, 3, 13 a 33, 36 a 41 e 44 a 55. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas.

O Deputado Weliton Prado - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 8 Deputados. Votaram "não" 45 Deputados. Houve 3 votos em branco. Está ratificada a rejeição das Emendas nºs 1, 3, 13 a 33, 36 a 41 e 44 a 55. Votação da Emenda nº 35. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, fica aqui o nosso lamento, com todo o respeito que tenho pelos meus colegas e pelas minhas colegas nesta Casa. Reafirmo, com muita veemência, que os Deputados que hoje votaram para criar a agência tarifária para homologar, aumentar o valor da conta de água, votaram contra o consumidor de Minas Gerais e a favor do aumento da conta de água e de esgoto. Há também aqueles Deputados que se omitiram e não tiveram a coragem de se posicionar.

V. Exa. deveria ter pensado dessa maneira no momento de votar o projeto. V. Exa. votou contra o povo de Betim, e os outros Deputados votaram contra a população de Minas Gerais, que vai sentir isso no bolso. O próprio Presidente da Copasa disse que a conta aumentará em torno de 9%. Fica aqui todo o meu protesto.

Gostaria de encaminhar a Emenda nº 35, que é uma emenda importante, que tenta melhorar um pouco o projeto, porque esse projeto é muito ruim e fere a Lei Federal nº 11.445. A Emenda nº 35 apenas vem fazer justiça. Se a Copasa cobra pelo tratamento de esgoto, tem de realizar o serviço; é o mínimo que ela deve fazer. Aliás, isso está em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, e é justamente sobre isso que fala a Emenda nº 35. Se a Copasa cobrar pelo tratamento de esgoto, terá de prestar o serviço. Encaminho de forma favorável à aprovação da Emenda nº 35, que visa a garantir que não haja cobrança ilegal da taxa de esgoto, sem que exista o serviço. É o mínimo que ela tem de fazer.

Os valores relativos ao tratamento de esgoto só serão incluídos na tarifa dos serviços de esgoto sanitário após a conclusão das obras e o início da operação do sistema de tratamento, o que resultará na efetiva prestação dos serviços. A Copasa não obedece nem a lei, mas ela faz um convênio com o Município. Existe uma lei aprovada pelo Município que garante a ausência de cobrança por parte da Copasa caso o seu serviço não esteja concluído, mas a verdade é que hoje ela tem cobrado.

Neste fim de semana, participei de uma audiência pública em Turmalina, porque a sua população está revoltadíssima. O serviço de esgoto sanitário compreende a captação e o tratamento de esgoto e os constitui como serviços públicos essenciais. Ocorre que, em diversos Municípios, verifica-se a lesão ao direito do cidadão, pelo serviço público prestado de forma infelizmente inadequada, o que também diz respeito ao direito do consumidor de pagar apenas pelos serviços efetivamente prestados. A irregularidade fere as Constituições Federal e Estadual e o Código de Defesa do Consumidor, de forma mais grave, porque a cobrança pelo serviço de esgoto sanitário se faz na mesma fatura da tarifa do serviço de abastecimento de água; cobra-se pelo pagamento dos serviços realizados, ora não prestados e muitas vezes sequer oferecidos. A prática é abusiva e ilegal e fere o Código de Defesa do Consumidor, porque é venda casada. A Copasa cobra pelo tratamento de esgoto e não realiza o serviço. Aliado a isso, está o fato de existir rede coletora disponível, em funcionamento, para imóvel, mas ela não garante que a estação de tratamento de esgoto seja concluída, em operação. Muitas vezes, até existe rede para coletar, e coleta-se toda a merda, todo o esgoto e joga-se tudo dentro do rio, porque não há uma estação de tratamento.

Sei que muitos Deputados virão à tribuna para atacar, para xingar, para defender o governo do Estado e o aumento da tarifa, mas vou continuar cumprindo a minha função de defender o povo de Minas Gerais. Repito que os Deputados que hoje votaram a favor da criação da agência votaram contra o povo e a favor do aumento do valor da água e do esgoto no Estado.

Temos de pôr o dedo na ferida. Isso pode ter magoado e ofendido muitas pessoas, mas estou cumprindo o meu dever de fiscalizar e defender o povo de Minas Gerais, para o qual fui eleito. Falo aqui em nome da Bancada do PT-PCdoB, que, de forma firme, ética e corajosa, votou a favor do povo. Parabenizo todos os Deputados do PT e PCdoB, que defendem a população de Minas Gerais, e os Deputados que votaram contra a criação dessa agência para homologar e aumentar o valor da tarifa de água no nosso Estado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, mantendo a serenidade e, acima de tudo, a dignidade desta Casa, dirijo-me não apenas aos colegas parlamentares, mas também a quem está nos acompanhando. O que foi feito aqui foi feito para quem está nos assistindo, como se fosse fácil enganar o povo. O povo está acordando. Por isso quero me dirigir rapidamente àqueles que não querem ser enganados. Uma maioria - não é uma pequena maioria -, praticamente 90% dos Deputados presentes votaram, de maneira tranquila e respeitosa, a favor de um projeto que cria uma agência reguladora para os serviços de abastecimento de água e esgoto no Estado.

Em primeiro lugar, obedeceu-se a uma lei federal elaborada recentemente, em 2007, do PT, do Presidente Lula e do Brasil, que obriga a existir uma agência; então, passou a ser uma lei de todos nós.

Em segundo lugar, o projeto de lei que acabamos de votar - fomos atacados e agredidos com a alegação de que votamos contra o povo, de maneira desrespeitosa ao ambiente democrático - é idêntico à Lei nº 11.177, de 18/12/2008, que foi aprovada na Bahia pelo Governador

Jaques Wagner, do PT. A cópia está aqui. São idênticos os artigos, especialmente aqueles que fazem referência ao que foi aqui mencionado, ou seja, que essa agência tem a prerrogativa de analisar e definir valores de tarifas.

Portanto, Sr. Presidente, concluo sem usar o tempo que me é destinado, em respeito não somente ao ambiente democrático e aos colegas que aqui estão, mas também a quem está nos assistindo, apenas para dizer que estamos votando uma lei e que há uma lei federal que obriga o governo do Estado a ter uma agência reguladora que cuide de avaliar e defender os interesses de todos os mineiros, sem exceção. De repente, como o resultado não satisfaz a "a" ou "b", somos todos agredidos como se estivéssemos aqui votando contra o povo e apresentando uma afirmação que não corresponde à verdade. Fica claro que, em vez de debaterem as emendas destacadas, usaram o tempo para nos agredir e dirigir-se a você, que está nos acompanhando, sem dizer as coisas com clareza. Acabamos de votar uma agência, atendendo ao comando de uma lei federal, que, há poucos anos, foi aprovada em Brasília, em 2007, que diz: "É obrigatório ter agência; se não, o Estado está na ilegalidade". Votamos uma lei com artigos que tratam da mesma matéria, a exemplo do que fez o Governador Jaques Wagner, do PT, que cumpriu a lei federal.

É bom que quem está nos assistindo avalie. Qual é o propósito de se fazer esse tipo de observação para você? Será que é para esclarecê-lo ou iludi-lo? Mais do que isso, será que é simplesmente para agredir os colegas que aqui estão? Não aceito isso, Sr. Presidente. Voto com a minha consciência tranquila e em defesa e respeito ao povo mineiro. Sei que quem votou a favor ou contra o fez com as suas convicções. É isso que faz do ambiente democrático um espaço apropriado para representar o povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 35. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Carlin Moura - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. corrigisse o meu voto. Meu voto é "não".

O Sr. Presidente - Está retificado o seu voto. Votaram "sim" 11 Deputados. Votaram "não" 43 Deputados. Houve 2 votos em branco. Está ratificada a rejeição da Emenda nº 35. Votação da Emenda nº 42.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de deixar bem claro, de forma simples e objetiva: filho feio também tem pai. Não somos pais deste monstro criado na noite de hoje, então cada um de vocês assumam isso. Jogamos esse monstro no colo de vocês. Os Deputados que votaram favoravelmente são pais dessa criança, são pais desse monstro, que vai prejudicar a população de Minas Gerais, e da mesma maneira quem encaminhou o projeto para esta Casa. Volto a repetir: essa é uma agência tarifária para homologar as vontades do governo do Estado. Então, tomem; o filho feio é de vocês, o monstro é de vocês; foram vocês que votaram a favor de criar essa agência. Infelizmente o Poder Legislativo não teve a autonomia e a independência que deveria ter, então assumam a responsabilidade. No segundo semestre, quando aumentar mais de 9% o valor da conta de água, a responsabilidade é de quem votou a favor. A Bancada do PT e do PCdoB votou contra isso, votou a favor do povo mineiro, teve posição. A nossa posição foi a favor do povo. Quem votou a favor disso posicionou-se a favor dos acionistas internacionais, que, só no primeiro trimestre, tiveram lucro de R\$133.000.000,00. Essa é a conta de água mais cara do Brasil. A Copasa cobra por um tratamento, e o serviço não é prestado. Então quem criou esse monstro foi o governo do Estado de Minas Gerais, por meio dos Deputados que gestaram esse filho feio nesta Casa.

Apresentamos diversas emendas como a nº 42, destacada, que visa a garantir a transparência, a participação popular e o controle social, o que estabelece a Lei nº 11.445, de 2007. Só que, infelizmente, as nossas emendas não foram acatadas. Por que não? O povo não pode participar, não pode ter acesso às planilhas, não pode ter o controle social? Como será o funcionamento das audiências públicas? Então, por que colocar a sujeira debaixo do tapete? Vamos esclarecer; aliás, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público denunciaram isso. Faça uma pergunta a todos os parlamentares: quantas auditorias foram feitas nas contas da Copasa? Quantas? Quantas vezes as contas, as planilhas da Copasa foram fiscalizadas? Você sabe quantas vezes? Nenhuma. Não foi fiscalizada nenhuma vez. Não há transparência. Infelizmente não se quer a transparência. O Deputado Carlin Moura está coberto de razão quando diz que esse projeto é inconstitucional, ilegal, imoral, uma afronta ao povo mineiro.

Várias emendas importantes que apresentamos não foram aprovadas. Se não foram aprovadas emendas que vêm ao anseio do povo de Minas Gerais, os Deputados que votaram para não acatar essas emendas votaram contra o povo.

Vejam a emenda: "A Arsa-MG somente poderá iniciar os projetos de revisão tarifária ou autorizar reajustes após a elaboração, pelo Estado, da Política Estadual de Saneamento Básico e do Plano Estadual de Saneamento Básico, nos termos da Lei 11.445/2007". O que há de mais nisso? É cumprir a lei. Votaram contra. A criação de um conselho de consumidores, que é a participação do povo, para garantir o controle social e a participação da sociedade por meio de um órgão construtivo, assegurando a representação dos Municípios, dos usuários, dos órgãos de proteção do consumidor, dos órgãos governamentais, conforme dispõe o art. 47 da Lei Nacional: os Deputados foram contra, contra o que estabelece a Lei nº 11.445. Vamos ver a que mais foram contrários. Garantir a participação dos Municípios na diretoria colegiada. Garantir os critérios, observada a distribuição dos ganhos de produtividade - está aqui o Sindágua. Garantir os ganhos de produtividade para que os trabalhadores sejam valorizados. Votaram contra. Autorizar as prestadoras de serviços de saneamento básico que atuam em localidades com IDH inferior à média do Estado a estabelecer o benefício da tarifa social para famílias de baixa renda. São contra a tarifa de baixa renda para os serviços de água e de esgoto. E mais a Emenda 35: "Visa garantir que não haja cobrança ilegal da taxa de esgoto sem que exista o serviço". Não quiseram aprovar. Então a Copasa pode continuar cobrando pelo serviço, pode jogar a merda toda dentro dos rios e dos lagos. Os Deputados foram a favor disso aqui hoje. Então assumam o filho, assumam a criança. Foram contra as Emendas nºs 35 e 36. A Emenda nº 37, que fala da recuperação dos custos decorrentes da prestação de serviço: foram contra. Para finalizar, foram contra a Emenda nº 38, para cumprir os dispositivos da lei federal; a Emenda nº 39, que visa garantir que o processo seja mais democrático, transparente, claro e objetivo; as Emendas nºs 39, 40 e 49; 41 e 42.

Finalizando, Sr. Presidente, fica aqui todo o nosso protesto e a nossa indignação. Quando houver aumento agora, no mês de agosto, e em todos os anos subsequentes, podem ter certeza de que terão de assumir essa responsabilidade com toda a população de Minas Gerais. Muitos podem ficar aqui cruzando os braços e virar a cara para mim, mas estou aqui de coração aberto, falando a realidade, cumprindo o meu dever, que é defender o povo, cumprindo o meu dever, representando o PT e o PCdoB. Agradeço.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, há 15 anos, criamos a TV Assembleia. O bom da TV Assembleia é que somos cobrados pelos nossos eleitores. Recebi aqui, agora, um telefonema de Sete Lagoas, onde nasci. Primeiro, quero deixar registrado, Sr. Presidente, para os meus conterrâneos que estão me acompanhando pela TV Assembleia hoje, e deixar bem clara a inverdade que foi apresentada pelo Deputado que me antecedeu. Temos de apresentar a verdade: Sete Lagoas não tem a concessão da Copasa. Não existe Copasa em Sete Lagoas, como foi apresentado pelo Deputado que me antecedeu. Recebi, Sr. Presidente, um telefonema de Sete Lagoas, pelos que acompanham os nossos trabalhos pela TV Assembleia. Então quero deixar bem claro que foi apresentado pelo Deputado que me antecedeu que, em Sete Lagoas, a Copasa cobra um absurdo pela água; em Sete Lagoas, não existe a Copasa.

Não vou ficar nesta Casa, Sr. Presidente, depois de 20 anos de vida pública, vendo um Deputado subir à tribuna e falar que estou votando o aumento da Copasa. Nenhum Deputado aqui está votando o aumento de nada, Sr. Presidente. O Deputado que me antecedeu tem de deixar bem claro que, deste microfone, quando falei do problema do gás, da maneira como o gás é falado aqui, ele deixava bem claro, em um de seus pronunciamentos, que a agência reguladora era a solução para o gás natural, para fiscalizarmos para onde estava indo o dinheiro. Por que é para o gás natural e não é para a Copasa, Sr. Presidente? Não vou admitir, Sr. Presidente, um Deputado falar asneiras aqui. Tenho de ter um tratamento respeitoso nesta Casa, Sr. Presidente. Aqui fiz, aqui faço e represento o povo mineiro, como os colegas que aqui estão. Vai ficar muito bonitinho amanhã ele colocar "outdoors" em Belo Horizonte e dizer: "Resolvi o problema da Copasa, eu fiz".

A agência reguladora, Sr. Presidente, nada mais é que um canal de discussão com a sociedade. E o governo do Partido dos Trabalhadores é favorável a essas agências nos seus Estados.

Também aproveitei, Sr. Presidente, para ir até a porta, pois o segurança me chamou a fim de me entregar um documento da Câmara Federal, de um Deputado Federal, irmão de um Deputado que esteve na tribuna dizendo que "é contra o povo", "é contra o povo". O documento diz, Sr. Presidente, que o Deputado Federal Elismar Prado votou contra o recurso da merenda escolar, que hoje é a mixaria, Sr. Presidente, de R\$0,20. Votou contra a população, contra a merenda escolar o irmão desse Deputado que sobe à tribuna e diz essas asneiras. Ele votou contra a população, Sr. Presidente. Não vou mais aceitar isso, Sr. Presidente. O pobre, o trabalhador e o menino vão hoje para a escola a fim de receber a merenda escolar, uma mixaria do governo federal pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar: R\$0,20. E o irmão do Deputado vota contra isso, Sr. Presidente.

É muito boa a TV Assembleia. Hoje recebemos a cobrança, Sr. Presidente, dos nossos eleitores mineiros e, entre eles, os moradores de Sete Lagoas. Penso, Sr. Presidente, que devemos ter respeito. Não podemos aguentar Deputado dizer na tribuna: "Vocês estão votando o aumento da Copasa". Alguém votou algum aumento aqui hoje, Sr. Presidente? Como um rapaz fala isso? Como um Deputado sobe ali e fala isso? Será que isso continuará? Há 77 Deputados, e hoje estão aqui 60 Deputados que votaram pelo aumento da Copasa? Que aumento da Copasa foi esse? Vou ter a oportunidade de pedir a ele que se retrate. Ele deixou bem claro que votamos o aumento da Copasa, e não fizemos isso aqui. A afirmação foi falsa e leviana, Sr. Presidente, e não fui eu nem o meu Partido que vendeu todas as ações da Copasa que tinha. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 42. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Weliton Prado - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 10 Deputados. Votaram "não" 43 Deputados. Houve 3 votos em branco. Está ratificada a rejeição da Emenda nº 42. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.186/2009 na forma do Substitutivo nº 8. À Comissão de Administração Pública.

Declarações de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de maneira serena, comunico que votei contra o projeto que cria a agência reguladora por motivos fundamentados. O primeiro deles é de natureza jurídica. No meu entendimento, essa agência, ao vincular unilateralmente os Municípios que já têm uma relação estabelecida com a Copasa, fere o princípio da autonomia municipal.

A segunda questão, talvez a mais importante, é que a agência foi criada sem se considerar a totalidade da política de saneamento. A Agência regula apenas água e esgoto. A política nacional de saneamento estabelece que o conceito de saneamento engloba, além da água e do esgoto, a coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e águas pluviais. Portanto, esse projeto criará um trabalho redobrado para os Municípios, que terão um vínculo com a agência reguladora de saneamento e ainda terão de criar uma agência própria para tratar dos resíduos sólidos e das águas pluviais.

Sr. Presidente, o terceiro aspecto é que essa Agência está sendo criada sem se considerar nenhum mecanismo de transparência, de participação da sociedade ou de maior controle social. Agência que cuida de tarifa, de uma política tão sensível para o ser humano, na medida em que trata do acesso à água, e para o meio ambiente, já que cuida do tratamento do esgoto, deveria ter um controle maior, principalmente porque essa é uma política universal. Todas as pessoas dependem do acesso à água, seja para utilização doméstica, para o consumo humano, seja para suas atividades econômicas, para a agricultura, para a criação de animais. Apresentei várias emendas para democratizar mais essa Agência, mas não foram acolhidas. Por estes três motivos - trabalho redobrado para os Municípios, que terão de criar outra agência; falta de maior democratização do funcionamento da Agência e autonomia municipal -, votei contra.

Finalizo dizendo que temos de reconhecer que o governo erra muito. No início da reunião, fiz uma crítica a uma pessoa que respeito. Não tenho nenhuma divergência maior com ele, mas considero o Presidente da Copasa o maior responsável pela polêmica aqui instalada. Antes de a Assembleia aprovar, em 1º turno, o projeto de uma agência que tem por função regular a questão tarifária, o próprio representante do governo do Estado veio a público dizer que a Assembleia deveria acelerar a votação, porque ele precisava dar um reajuste de 9,5% para recuperar R\$20.000.000,00 em investimentos. Com essa afirmação, aqui se votou não a agência reguladora, mas a reajustadora, porque o próprio Presidente da Copasa colocou dessa forma. Não farei aqui juízo de valor sobre ninguém, até porque o juízo sobre todos nós quem faz é o eleitor, no momento adequado. Mas considero que uma agência com mecanismo de transparência maior pode ter um freio, uma salvaguarda ao aplicar seus reajustes. Da forma como está o projeto, leva-nos a entender que essa Agência foi criada simplesmente para cumprir um requisito formal, preliminar, de um reajuste de tarifa. Como Deputado e mineiro, espero que isso não ocorra. Se ocorrer, a população que faça o seu julgamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de elogiar a postura do Deputado André Quintão, que, legitimamente, foi à tribuna e, de maneira democrática, expôs o seu pensamento e os seus pontos de vista. O parlamento é dessa forma. Fomos alçados pelo voto popular, e aqui não há nenhum menino. Não aceito a forma como o companheiro Weliton Prado, a quem respeito muito, tratou o Parlamento. O Deputado há de me perdoar, mas S. Exa. foi muito infeliz nas suas declarações. Sempre acompanho as suas lutas e, muitas vezes, admiro o seu posicionamento. O senhor tem um valor muito grande, mas a forma como V. Exa. tratou o Parlamento foi extremamente debochada e desrespeitosa.

Estamos aqui desde a parte da manhã discutindo a criação dessa Agência. Fiz questão de analisar os pontos, de acompanhar as discussões e penso que, da forma como está sendo proposta, essa Agência se tornará mais democrática, por três motivos. Primeiro, porque tiramos a discussão de dentro da Copasa. Estamos proporcionando à população acesso a essa discussão, com Ouvidoria e com órgãos para ouvir a população. Hoje, a Copasa não tem essa abertura democrática para ouvir as propostas da população. Segundo, porque a diretoria dessa Agência será nomeada pelo Governador, mas a Assembleia irá sabatinar os Diretores para saber quais são os seus interesses, posicionamentos e competências. Só depois disso é que eles assumirão a direção dessa Agência Reguladora. Podemos aceitar ou não os nomes propostos pelo Governador. Será uma abertura, uma oportunidade para o Parlamento. Terceiro, porque as coisas acontecerão mais às claras na Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru -, ou seja, de maneira mais democrática.

O projeto está no 1º turno, e me senti extremamente incomodado com as colocações que aqui foram feitas. Este é o meu quarto mandato, e não estou aqui para ouvir nenhuma agressão dessa natureza. Acho que a população tem maturidade suficiente para ouvir as alegações do parlamento, do parlamentar. Estamos aqui para votar a favor ou contra, mas de uma maneira muito clara e democrática. Que me perdoe o Deputado Weliton Prado, pessoa que respeito e admiro muito, mas ele jogou para a plateia, ao fazer um pronunciamento acusando o Parlamento, dizendo que quem votasse a favor estaria votando contra a população. Absolutamente, não tem nada disso. A Copasa precisaria criar essa Agência Reguladora por força de uma lei federal votada em 2007, ou seja, há quase três anos. E o Estado de Minas tem que se adequar à legislação federal. Então, é o 1º turno, e espero que a discussão seja travada em alto nível. Queremos ter oportunidade, no intervalo entre o 1º e o 2º turno, para amadurecer mais as nossas ideias, estudando, de maneira muito consciente e clara, e sem votar contra a população de Minas Gerais. Quem sou eu para votar contra a população de Minas Gerais? Apresentamos as nossas alegações. O projeto está aprovado no 1º turno, e vamos discuti-lo à exaustão no 2º turno. Espero que possamos dar o nosso voto não contra a população, mas para cumprir a legislação federal, criando uma agência reguladora mais democrática, com Ouvidoria e com os Presidentes indicados pelo Governador e sabatinados, arguidos pela Casa. Muito obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, não sei qual foi a impressão que causaram nos ouvintes as palavras ditas pelo ilustre representante do PT. Eu, particularmente, quase não reconheci o teor do projeto no que foi dito. Nada, absolutamente nada do que foi dito foi verdade. Estamos votando um projeto que cria uma agência reguladora. A agência reguladora é a maior conquista que o consumidor de água e esgoto pode ter, porque esses serviços são regulados por ela. Hoje, pelo sistema atual, se um cidadão não estiver satisfeito com o serviço de água ou esgoto, ele terá de reclamar na própria empresa. E a empresa pode não querer atendê-lo. Agora, existirá uma agência reguladora que o cidadão poderá procurar para punir a empresa que não oferecer um serviço de qualidade. O que foi dito aqui é pura mentira, é pura balela. Falou-se que estávamos votando aumento do preço do serviço de água. Estamos criando uma agência reguladora do serviço de água, estamos dando uma proteção ao consumidor. Agora, vem um Deputado, cujo irmão, em Brasília, votou contra o valor da merenda escolar. É preciso esclarecer isso. O governo Lula manda para as escolas dos Municípios R\$0,20, por aluno, para a merenda escolar. O governo de Minas completa o valor. Em Brasília, foi votado um projeto que aumenta de R\$0,20 para R\$0,60 o valor da merenda escolar, e o irmão do Deputado, o Deputado Federal Elismar Prado, vota contra esse projeto, contra o aumento da merenda para o pobrezinho do estudante de escola pública. E vem dizer que estamos votando aumento de água. Tenha paciência. O que foi feito aqui foi um estrito cumprimento do dever legal. A emenda que foi votada aqui é determinada por legislação federal, pelo governo Lula. O governo Lula aprovou um projeto de lei que determina que os Estados tenham uma agência reguladora de água e esgoto. Minas Gerais acaba de aprovar o seu. Estamos na vanguarda: somente oito Estados aprovaram o seu. Nós, no cumprimento da lei federal, somos julgados como criminosos, porque criamos uma agência reguladora que tem por objetivo proteger o consumidor. Vejam a que ponto chegamos. Estão todos lá, perto da Mesa, solicitando ao Presidente que encerre a reunião, que corte a minha palavra, porque estou esclarecendo à população mineira a verdade dos fatos, o que está acontecendo. Não tive o direito de reclamar anteriormente, de falar com o Deputado abertamente, porque estávamos em período de discussão e não queríamos retardar a votação. Esta é a verdade, Sr. Presidente, é a verdade que temos de dizer ao povo mineiro: votamos aqui, hoje, a criação de uma agência reguladora que protegerá o cidadão, que vai proteger o consumidor, uma agência reguladora necessária, uma agência reguladora nos moldes das que o PT aprovou em seus Estados. É bom lembrar que o Governador da Bahia, Jaques Wagner, do PT, aprovou uma agência reguladora exatamente igual à que hoje votamos e criamos. Mas a Bancada do PT vem dizer que o projeto é ruim. Lá é bom, aqui é ruim. Lá é bom porque é deles, aqui é nosso. Então, Sr. Presidente, para acabar com essa demagogia, para acabar com essa conversa fiada: o que foi dito aqui é mentira, mentira de um Deputado cujo irmão votou contra o aumento do valor da merenda escolar. O valor para a merenda escolar que o governo federal repassa é de R\$0,20 por aluno, mas tentou-se aumentar para R\$0,60. E o irmão dele, o Deputado Federal Elismar Prado, em Brasília, votou contra esse aumento. É preciso que isso seja dito.

Questão de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, peço o encerramento, de plano, da reunião, porque não há número regimental.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 1º de julho, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/7/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados João Leite, Fahim Sawan e Weliton Prado; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.936/2008; requerimento do Deputado Carlin Moura; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.966/2009; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago -

Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, sei que a ata é elaborada resumidamente. Depois, é feita uma publicação geral. A solicitação que faço a V. Exa. é que seja retirada da ata algumas afirmações feitas pelo Deputado Weliton Prado. Ontem, a Assembleia Legislativa votou o projeto que cria uma agência reguladora. Na tribuna, por várias vezes, o Deputado Weliton Prado tratou de aumento de tarifa. Ontem, a Assembleia não votou aumento de tarifa da Copasa, mas a criação de uma agência reguladora. Como entendemos que foram palavras ofensivas aos Deputados, solicitamos a V. Exa. que retire da ata da reunião extraordinária, realizada na noite de ontem, os termos ofensivos utilizados pelo Deputado Weliton Prado contra os seus colegas no Plenário. Em alguns momentos, ele estava exaltado, indicando Deputados no Plenário. Reafirmo: não votamos tarifas, votamos o que todo o Brasil já conhece em relação a vários serviços públicos, ou seja, as agências reguladoras. Solicito a V. Exa. expungir da ata da reunião anterior os termos ofensivos do Deputado a seus colegas. A princípio, solicito a V. Exa. que seja feito isso. Após a decisão de V. Exa., vou elaborar um requerimento baseado no art. 62 do Regimento Interno desta Casa, para o Deputado provar as afirmações que fez contra este e outros Deputados na reunião extraordinária de ontem à noite. Solicito a V. Exa. que me responda a essa questão.

O Sr. Presidente - A Presidência vai verificar a íntegra da ata. Se for necessário, a retificação será feita. Com a palavra, para discutir, o Deputado Fahim Sawan.

O Deputado Fahim Sawan - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a princípio, queria corroborar as palavras do Deputado João Leite. Ontem, todos nós, a maioria dos Deputados, sentimos-nos ofendidos com as afirmações do colega Weliton Prado. Recebi alguns telefonemas, até de familiares, mostrando que o que se viu ontem, protagonizado pelo Deputado Weliton Prado, não tinha sido visto nas duas gestões em que aqui estou como parlamentar. Gostaria de corroborar todas as palavras do Deputado João Leite. Trata-se de um anseio da maioria dos Deputados com quem conversei após a reunião de ontem. Que fosse dita a verdade à população mineira. O que foi dito aqui ontem não corresponde ao que estávamos fazendo, um trabalho sério e exaustivo para o povo de Minas Gerais. Infelizmente, tivemos de ouvir tudo o que foi dito. Aproveito o espaço para dizer que ontem foi protocolado no Plenário um projeto do Governador Aécio Neves, anexado ao Projeto de Lei nº 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, para subsidiar empresas que colocam, em seu quadro de funcionários, ex-presidiários, pessoas que pagaram suas penas, estão em liberdade condicional e tiveram formação em alguma atividade nas prisões. Essas pessoas acabarão de cumprir suas penas e terão oportunidade de trabalhar se reinserindo na sociedade. As empresas que aceitarem esse desafio social - a reintegração dessas pessoas que erraram, pagaram suas penas e poderão voltar à vida normal e ao mercado de trabalho, recuperados, recompondo a sua família - receberão subsídio por parte do governo do Estado. Primeiramente, parabéns ao Governador por essa iniciativa muito importante. Sr. Presidente, ontem apresentei emenda para que seja estendido esse benefício às empresas que puderem acolher, em seu quadro de funcionários, pessoas egressas do tratamento antidrogas, pessoas que, por mais de 12 meses, se encontram em abstinência das drogas e são controladas por um serviço de tratamento do Estado. Acredito que assim estaremos recuperando mais essas pessoas, que, ao fazerem uso de drogas, perdem suas famílias e seus amigos, largam o estudo e o trabalho. Ao quererem a recuperação, essas pessoas precisam de uma nova oportunidade. Que elas possam ter emprego, uma oportunidade, e possam se reciclar, aprender uma nova profissão e voltar a estudar. Produzindo e trabalhando, essas pessoas poderão reconquistar suas famílias. Estou dizendo aqui, Sr. Presidente, de pessoas que, muitas vezes, nem tiveram uma oportunidade. São meninos e meninas cada vez mais jovens, aliciados pelo tráfico, que nem sequer conhecem outra história de vida a não ser a vida trágica que viveram desde a sua infância. Então, quero aqui, Sr. Presidente, deixar registrado nesta Casa que estamos apresentando esta emenda ao projeto do Governador, anexado ao projeto de 2007 do Deputado Dinis Pinheiro, para que possamos realmente recuperar essas pessoas e dar uma oportunidade a todos eles, porque todos merecem uma segunda chance. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Agradeço a concessão da palavra. Reafirmo aqui o que disse ontem. O projeto votado ontem cria uma agência de água e esgoto, e não de saneamento, na minha avaliação e também na avaliação do Presidente da Copasa. Deputado João Leite, o próprio Presidente da Copasa deu entrevista, ontem, na Rádio Itatiaia, e, também, a todos os jornais, há cerca de 15 dias, dizendo que, assim que o projeto fosse aprovado por esta Casa, haveria um aumento, em média, de 9%, significando mais R\$20.000.000,00 por mês para a instituição. Assim, reafirmo que o projeto aprovado aqui tem o objetivo de aumentar o valor da conta de água e, infelizmente, não estabelece o que obriga a Lei Federal nº 11.845. Peço desculpas de público a todas Deputadas e a todos Deputados se, de alguma forma, se sentiram ofendidos quando me referi à paternidade. Eu disse que a paternidade seria dos Deputados, mas acho que não. Acredito que os parlamentares desta Casa ajudaram a realizar um parto muito difícil, uma cesariana, realmente, muito pesada. Fiz exame de DNA, e realmente o verdadeiro pai da criança é o Governador Aécio Neves. Ele é o verdadeiro pai dessa agência, desse monstro que, na nossa avaliação, infelizmente, não cumpre a Lei Federal nº 11.845 em relação ao saneamento, não respeita a titularidade e terá a finalidade de aumentar a conta de água e de esgoto no nosso Estado. Podem esperar o que acontecerá no segundo semestre e em todos os anos. Essa agência não é transparente, não tem controle social, não tem participação popular. O objetivo realmente é o aumento do valor da conta de água e de esgoto, como afirmaram os Diretores da Copasa, até o seu Presidente, em entrevista numa rádio no dia de ontem e para todos os veículos de comunicação há 15 dias. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. De início, faço coro com o Deputado João Leite, que me antecedeu. Acredito que é importante aqui, nesta Casa, termos, no mínimo, respeito com o colega. O que vivenciamos aqui, na noite de ontem, no nosso entendimento, foi um desrespeito a todos os Deputados. Não podemos permitir que um colega nosso, usando demagogicamente este microfone, venha desrespeitar todos nós. Não adianta chegar aqui hoje e pedir desculpas, não. Acho que temos de tomar medidas mais concretas em relação ao desrespeito que vem sendo praticado, pois está fazendo até mesmo pouco caso das pessoas que estão nos assistindo. Falou-se que esta agência que foi criada é da Copasa. Tenho a impressão de que esse Deputado está iniciando uma campanha para privatizar a Copasa. Tivemos, ontem, aqui, a presença do sindicato. Gostaria que os empregados da Copasa assistissem sempre à fala deste Deputado que vem procurando manchar a empresa, que é uma das instituições mais respeitadas do Brasil. Funcionário da Copasa, fique atento a essas pessoas que mais tarde baterão à porta da empresa. Cuidado com esses demagogos que estão procurando manchar o nome de uma empresa respeitada em todo o Brasil e em todo o mundo. Essa é uma agência de regulação, exigida por uma lei federal. Está aqui o jornal da Bahia dizendo que o Governador do PT criou uma agência que é a mesma que está sendo aprovada aqui, para atender a uma legislação federal. Procurem conhecer todas as leis, todas as agências que estão sendo criadas no Brasil para atender exatamente à legislação federal. Essa não é uma agência da Copasa, não é uma agência para aumentar as contas de água. Ela permite, sim, não só as da Copasa, mas de toda empresa que atua no setor, privada ou não, municipal ou estadual. A lei exige, para que a empresa tenha a sua tarifa aumentada, a aprovação da agência. Ela não está sendo criada apenas para isso, mas para atender à legislação federal, para regular o setor de saneamento. Não é só a Copasa que está vinculada a essa agência, mas todos os agentes que atuam no setor. A Copasa atua em cerca de 600 Municípios. E os outros 253? Temos prefeituras municipais, autarquias e a iniciativa privada atuando no setor. Ela vai regular o setor no Estado, não só a Copasa. O que esse Deputado está querendo fazer aqui é jogar a população contra a Copasa - essa empresa respeitada -, não sei com que intenção. Talvez, por trás disso, haja a intenção, sim, de privatizar a nossa Copasa. Cuidado, trabalhador da Copasa, procure conhecer profundamente as intenções das pessoas que usam este microfone para expor suas posições de maneira demagógica, desvirtuando os fatos; procurem conhecer o que está sendo aprovado em todo o Brasil. Em todo o País, estão sendo criadas agências, porque a lei federal exige essa criação. Estamos atendendo a uma determinação da legislação federal. Aliás, há muito tempo esse Deputado vem lutando pela criação dessa agência e agora, demagogicamente, procura distorcer os fatos. É bom esclarecer isso para toda a população. Essa é a vantagem de contarmos com a nossa TV Assembleia. Temos de estar atentos e divulgar as nossas ações, mas com realismo e não com demagogia. Vamos estar aqui, Sr. Presidente, atentos. Vamos tentar, a todo momento, trazer dados concretos. Já estamos iniciando um movimento para criar na Casa uma frente parlamentar para defender as nossas empresas públicas, como a Copasa e a Cemig, que constantemente vêm sendo manchadas por Deputados que procuram confundir a cabeça do cidadão mineiro. Funcionários da Cemig e da Copasa, fiquem atentos àquilo que se passa nesta Casa. Vocês vão conhecer a realidade e o que está por trás de tudo isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, não vou entrar em provocação, serei profundamente respeitoso com todos os colegas. A democracia é assim mesmo; é bom, mas dá trabalho. E o parlamentar tem esse direito, sim, se ele realmente defende a Copasa; se acha que o valor da água é barato; se acha que não há nenhum problema; se acha certo a Copasa cobrar pela tarifa de esgoto e não prestar o serviço; se acha certo a empresa quebrar o asfalto, abrir fossas, buracos, valetas em todo o Estado e depois não arrumar, provocando vários acidentes e até mortes; se acha que tudo isso é certo; se acha certo o que aconteceu com um professor de Português no domingo, na cidade de São Francisco, que perdeu a vida. Eu já havia denunciado a questão nesta tribuna, foi uma tragédia anunciada. Um professor de 27 anos perdeu a vida, foi a terceira pessoa a se acidentar no mesmo buraco. A Copasa fez a valeta e não a tapou. No domingo à noite, um professor, com sua Biz, caiu dentro dela, quebrou o pescoço e faleceu. Imaginem o sofrimento dessa família, do seu pai, da sua mãe, dos seus irmãos. Se ele acha que tudo isso está certo, se ele acha que a Copasa pode falar que vai quebrar se não houver aumento do valor... Aliás, foi por isso mesmo que o projeto chegou a esta Casa, um projeto "frankenstein". Nós apresentamos um projeto que garante a participação popular e o controle social, que está adequando a Lei Federal nº 11.445. O Governador enviou o projeto à Casa, que cria não a agência de saneamento, mas uma agência de água e esgoto. E o próprio Presidente da Copasa - não sou eu que está dizendo isso -, o Diretor Financeiro-Administrativo da Copasa falou que, assim que a agência for criada, vai aumentar 9%. Ele afirmou que vai aumentar, e nós já aprovamos o projeto em 1º turno. O projeto também será aprovado em 2º turno, porque o governo tem aqui maioria absoluta. O Presidente já disse que, a partir do segundo semestre, haverá aumento de 9%. Realmente não podemos admitir isso, e há muitos problemas. Entramos com uma ação na justiça, e esta garantiu uma liminar, por meio de uma representação do Ministério Público, suspendendo o aumento da Copasa. Esta recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, alegando que, coitadinha, não poderia sobreviver, que quebraria e teria dificuldades se não houvesse o aumento. Não houve aumento, o Ministro Cesar Rocha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, não admitiu e disse que a Copasa não conseguiu provar o que alegava. Pergunto: como conseguiria provar, se, só nesse trimestre, ela teve um lucro de R\$133.000.000,00? Repito: R\$133.000.000,00 em três meses, e não houve aumento. Foi o maior lucro: 52% em relação ao mesmo período do ano passado. O maior lucro histórico, recorde da Copasa. Então, não venham com balela. Afirmo novamente que devemos ter humildade, porque, quando realizamos um teste científico, como o DNA, não há argumento. Peço desculpas se afirmei que esta Casa é o pai da criança. Desculpem-me todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Penso que a Assembleia fez um parto muito forçado e difícil, uma cesariana. O verdadeiro pai da criança é o Governador Aécio Neves, que enviou o projeto para esta Casa. Quem balançou o berço, infelizmente, foi esta Casa, mas realmente o pai da criança é o Governador Aécio Neves, que terá de cuidar dela. Agora, não adianta jogar fora a água suja com a criança dentro. Cuidem do monstro que criaram. Para termos prova disso, vamos ver o que acontecerá, no segundo semestre, com as tarifas de água e esgoto da Copasa. Não podemos defender aqui o povo. Quando o Bloco PT-PCdoB vem a este Plenário, de forma firme, e apresenta emendas para melhorar o projeto e garantir transparências... Na história, nunca foi feita uma auditoria nas contas da Copasa nem pelo Ministério Público nem pelo Tribunal de Contas. Eles fazem o que querem. O Deputado Domingos Sávio falou sobre a Cemig, e está aqui no jornal: houve o terceiro adiamento da licitação para o aluguel de veículos de R\$147.000.000,00. Ela foi novamente suspensa. O Deputado Domingos Sávio veio aqui e me fez um desafio para eu trazer a documentação. Fiz o levantamento e o encaminhamos para o Tribunal de Contas. Sabem o que aconteceu? O Tribunal de Contas suspendeu novamente a licitação por indícios de irregularidade. Houve o terceiro adiamento da licitação de veículos da Cemig. Há um faturamento enorme. Devemos realmente discutir esse assunto com muita responsabilidade e muito respeito a todos os parlamentares, mas cada um cumpre a sua missão e sua parte. Estamos defendendo o povo. O Deputado Fábio Avelar veio da Copasa, onde foi funcionário por muitos anos. Então, que ele continue defendendo a Copasa, de forma muito firme, pois nós permaneceremos defendendo o povo. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007 e o Projeto de Lei nº 3.186/2009, apreciados na extraordinária realizada ontem à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.936/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a promover as medidas necessárias à transformação da Codemig em empresa pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Carlin Moura, solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 2.936/2008. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.966/2009, do Governador do Estado, que define nova categoria de manejo para a Área de

Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que será computada a presença, para efeito de quórum, do Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, gostaria que o meu voto "sim" fosse registrado, pois o painel não o registrou.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram apenas 27 Deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas há para a discussão das matérias constantes na pauta. A Presidência torna a votação sem efeito.

A Presidência verifica, de plano, o esvaziamento do Plenário e a impossibilidade de continuar a apreciação das matérias constantes na pauta.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 6ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, em 5/6/2009

Às 10 horas, comparecem ao Plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora, os Deputados João Leite, Durval Ângelo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a execução das penas no Estado e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Fabiano Torres Bastos, Coordenador de Política Prisional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em que indica a Defensora Pública Luciana Ferreira Gagliardi para representar o órgão na reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Amaury de Lima e Souza, Juiz da Vara de Execuções Criminais de Juiz de Fora; a Sra. Silvana Barbosa, Secretária de Assistência Social, representando o Sr. Custódio Antônio de Mattos, Prefeito de Juiz de Fora; o Vereador Antônio Martins, representando o Sr. Bruno de Freitas Siqueira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora; o Sr. Antônio Galvão Dias Nascimento, Delegado e Coordenador de Projetos de Áreas Integradas, representando o Sr. Eduardo de Azevedo Moura, Delegado Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; a Sra. Luciana Ferreira Gagliardi, Defensora Pública, representando o Sr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado; o Sr. Alexandre Martins da Costa, Diretor de Articulação do Atendimento Jurídico da Secretaria de Estado de Defesa Social; e a Sra. Cláudia Edna Calhau de Castro e Andrade, Coordenadora do Núcleo de Gestão Prisional da Polícia Civil, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de informação sobre as razões da proibição de visita íntima imposta aos presos da Cadeia Pública de Cataguases; e João Leite em que solicita seja encaminhada à Comissão de Saúde, à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado de Defesa Social cópia do "Relatório da Visita ao Hospital do Pronto Socorro", realizado pela Comissão de Saúde Pública e Bem-Estar Social da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo.

Ata da 11ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 18/6/2009

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Eros Biondini, Antônio Carlos Arantes e Paulo Guedes (substituindo o Deputado Carlos Gomes, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Diego Andrade, da Diretoria de Operação Sudoeste da Copasa-MG, (4/6/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.752/2007 (Deputado Eros Biondini) e 160/2007 (Deputado Antônio Carlos Arantes), no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.276/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiências públicas nos Municípios de Caxambu e Capitólio, para tratar dos problemas e das potencialidades turísticas do Município e da região, visando em especial ao recebimento de turistas para a Copa de 2014; e Tenente Lúcio (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública nos Municípios de Uberlândia e Araxá para tratar das potencialidades turísticas da região, visando à receber seleções participantes da Copa do Mundo de 2014. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Carlos Gomes - Antônio Carlos Arantes - Eros Biondini.

Ata da 2ª Reunião Especial DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 19/6/2009

Às 14h15min, comparecem no Plenário a Deputada Gláucia Brandão, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os avanços e desafios da legislação de incentivo à cultura nos âmbitos federal e estadual. A Presidente interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, representando João Luiz Silva Ferreira, Ministro de Estado da Cultura; Paulo Eduardo Rocha Brant, Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais; José Fernando Aparecido de Oliveira, Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura; Bernardo Novais da Mata Machado, Professor e Pesquisador da Fundação João Pinheiro; e a Sra. Sylvana Pessoa, Secretária-Adjunta da Secretaria de Cultura de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Carlos Gomes - Luiz Humberto Carneiro.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 23/6/2009

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", em 16/6/2009: ofício do Sr. Juracy Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos (SP). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.333/2009 (relator: Deputado Rômulo Veneroso), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.018/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Tenente Lúcio, Rômulo Veneroso (5), em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para ouvir a Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Segurança Pública - COE -, sobre a preparação da etapa estadual; seja realizada reunião de audiência pública em Betim para discutir a segurança pública no Município e região; em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências com vistas à nomeação dos 37 candidatos excedentes aprovados no último concurso público para o cargo de Perito Criminal da Polícia Civil; em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a construção de uma sala de espera na cadeia pública de Governador Valadares; seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Civil pedido de providências para a apuração de denúncias que mencionam, oriundas da Ouvidoria de Polícia. Solicitam, ainda, que a Corregedoria da Polícia Civil informe a esta Comissão as providências tomadas para apuração dos fatos; Rômulo Veneroso em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social, junto ao Centro Integrado de Informações de Defesa Social - Cinds -, pedido de informações sobre os dados estatísticos relacionados à criminalidade no Estado, no período de 2006 a 2009; Ruy Muniz em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o aumento da violência no Município de Montes Claros, em especial no Bairro Maracanã. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio.

Ata da 15ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 23/6/2009

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e o Deputado Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação das terras devolutas no Norte de Minas, a apreciar matérias constantes na pauta e discutir e votar parecer de redação final e proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 666/2009, do Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Gilman Viana Rodrigues; e ofício do Sr. Paulo de Tarso Almeida Paiva, Presidente do BDMG, publicados no "Diário do Legislativo" de 20/6/2009. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.374/2009, em turno único, para o qual designou relator o Deputado Carlos Gomes. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Manoel da Silva Costa Júnior, Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária de Minas Gerais; Antônio Maria Claret Maia, Analista de Desenvolvimento Rural da Ruralminas, representando o Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Gilman Viana Rodrigues; Luiz Antônio Chaves, Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas da Escola Superior Dom Hélder Câmara; Bernardo de Vasconcellos, Presidente da Associação Mineira de Silvicultura, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. As matérias da pauta não são apreciadas em virtude da falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Carlos Gomes - Antônio Carlos Arantes.

Ata da 13ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 24/6/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Elmiro Nascimento e Padre João, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adeldo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, questões relativas ao

corde de gratificações de servidores, à relação com entidades sindicais e à produção de medicamentos na Fundação Ezequiel Dias - Funed -, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.844/2008, em turno único (Deputado Elmirio Nascimento), e 3.154/2009, no 1º turno (Deputado Délio Malheiros). Registra-se, neste momento, a presença dos Deputados Ivair Nogueira e Domingos Sávio. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Carlos Alberto Pereira Gomes, Presidente da Funed, representando o Sr. Marcos Vinícius Caetano Pestana da Silva, Secretário de Estado de Saúde; André Morete de Oliveira e Bruno Félix Houti, Técnicos de Saúde e Tecnologia Nível I da Funed; Fernando Ramos, Técnico de Saúde e Tecnologia Nível II da Funed, representando o Sr. Érico de Moraes, Técnico de Saúde e Tecnologia Nível I da Funed; e Renato Almeida de Barros, Diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde do Estado de Minas Gerais - Sindaúde, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, observando a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Ivair Nogueira - Neider Moreira.

Ata da 16ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 24/6/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Ivair Nogueira, Inácio Franco e Doutor Rinaldo (substituindo o Deputado Juarez Távora, por indicação da Liderança do Bloco BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Helinton José Rocha, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (substituto) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Rodolfo Guimarães Filho, Superintendente de Apoio à Infraestrutura Municipal da Secretaria de Transportes (3); Anderson de Vasconcelos Chaves, Superintendente Regional da Codevasf; Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Roberto Apolinário de Castro, Juiz de Direito da Comarca de Governador Valadares, e da Sra. Sônia Maria Gandra Silva, Gerente Regional de Negócios da CEF (16/6/2009); da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, e dos Srs. Nilton Manoel, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga; Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da CEF; Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e Antônio Carlos de Andrada, Diretor da "Revista do Tribunal de Contas do Estado" (20/6/2009). O Presidente informa que está aberto até o dia 30/6/2009 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.337/2009. A seguir, acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.396/2008 (Deputado Lafayette de Andrada); 3.284/2009 (Deputado Antônio Júlio) e 3.338/2009 (Deputado Jayro Lessa), no 1º turno. O Deputado Tiago Ulisses se retira da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.396/2008 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Inácio Franco, em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio. O Deputado Ivair Nogueira se retira da reunião. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.438/2008 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão), e 3.284/2009 (relator: Deputado Antônio Júlio). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.196/2009, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Antônio Júlio. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Zé Maia, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.384/2009 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Os Projetos de Lei nºs 2.644/2008 e 3.338/2009 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. O Deputado Inácio Franco se retira da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão e Zé Maia, em que solicitam seja realizada reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e Fiscalização Financeira e Orçamentária para apreciação do Relatório sobre o Monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2008-2011; Padre João, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a implementação do Decreto nº 44.867, de 5/8/2008, pela Secretaria de Estado de Fazenda, e Zé Maia, em que solicita sejam encaminhados aos Presidentes da Cemig Distribuição S.A., da Cemig Geração e Transmissão S.A., da Cemig, da Codemig, da Cohab, da Copasa-MG, da Copanor, da Gasmig, do Indi, do BDMG, da MGS, da Prodemge, da Prominas e do Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. pedidos de informações sobre a despesa total realizada com publicidade nos anos de 2007 e 2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Juarez Távora - Inácio Franco - Lafayette de Andrada.

Ata da 10ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 24/6/2009

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Braulio Braz e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscreta pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.297/2007, 2.243, 2.559/2008, 3.008, 3.044, 3.057, 3.220 e 3.240/2009 (Deputada Ana Maria Resende); 3.256, 3.261, 3.274, 3.275, 3.278, 3.289, 3.292, 3.315 e 3.326/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.297/2007, 2.243/2008, 3.008 e 3.057/2009 (relatora: Deputada Ana Maria Resende). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.559/2008, 3.044, 3.220 e 3.240/2009 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); 3.256, 3.261, 3.274, 3.275, 3.278, 3.289, 3.292, 3.315 e 3.326/2009 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano - Ademir Lucas.

Ata da 12ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 24/6/2009

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Ivair Nogueira e Ruy Muniz (substituindo o Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento do ofício dos Srs. Willian Vagner Moreira e Argemiro Ferro Filho, respectivamente, Diretor Coordenador-Geral e Secretário de Saúde e Segurança no Trabalho do Sindicato-MG, publicado no "Diário do Legislativo" em 20/6/2009. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.175, 3.234, 3.349, 3.358, 3.360, 3.380, 3.385, 3.388 e 3.390/2009, em turno único (Deputado Walter Tosta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.328, 3.331, 3.340 e 3.341/2009 (relator: Deputado Walter Tosta), que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Cecília Ferramenta.

Ata da 6ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 25/6/2009

Às 11h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Carlos Pimenta e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Deputado Carlos Pimenta, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a reabertura do Centro Oftalmológico, construído pelos governos estadual e federal, hoje desativado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Olívia Pereira Loiola, Diretora da Gerência Regional de Saúde de Montes Claros, representando o Sr. Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde - SES -; Selma Eugênia Marques, Gerente Administrativa da Coordenadoria de Oftalmologia da SES, representando o Sr. Jules Jésus Ayoub, Coordenador de Oftalmologia da SES; os Srs. Antônio Cordeiro de Faria, Prefeito de Coração de Jesus; José Pereira Neto, Presidente da Câmara Municipal de Coração de Jesus; Alik Rodrigues da Silva, Secretário Municipal de Saúde de Coração de Jesus; João Antônio Ribeiro, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto Rio Verde Grande; Hércules Vandy Durães da Fonseca, Prefeito Municipal de Lagoa dos Patos, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Fahim Sawan - Doutor Rinaldo - Ruy Muniz.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 25/6/2009

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Irani Barbosa (substituindo o Deputado Eros Biondini, por indicação da Liderança do BSD), Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BSD) e Delvito Alves (por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Irani Barbosa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão e Zé Maia em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para apreciação do relatório sobre o monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011; André Quintão e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, no Município de São João da Ponte, para obter esclarecimentos sobre a demarcação de terras na região e sobre práticas violentas cometidas contra remanescentes de quilombolas, bem como para analisar e adotar medidas em conformidade com o relatório da Fian-Brasil da ONU; André Quintão e Carlin Moura em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater as consequências da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o fim da obrigatoriedade da formação superior para o exercício da atividade de jornalismo (por sugestão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais); João Leite em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de conhecer o Projeto Pão Forte, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz - Centro de Pesquisas René Rachou -, em parceria com o Instituto de Cidadania dos Empregados do BDMG - Indec -, a Pastoral da Criança, o Comitê das Entidades no Combate à Fome e pela Vida e a Prefeitura Municipal de Comercinho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Eros Biondini.

Ata da 2ª Reunião Especial DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 29/6/2009

Às 14h15min, comparecem no Plenário os Deputados Sávio Souza Cruz, Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Tiago Ulisses, por indicação da Liderança do BPS) e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o tema "Rochas ornamentais e agregados para a construção civil", com os seguintes subtemas: "Cadeias produtivas de rochas ornamentais e de agregados para a construção civil no Estado" e "Políticas setoriais mineração e de fomento". A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Luiz Antônio Fontes Castro, Superintendente de Mineração e Metalurgia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, representando o Sr. Sérgio Alair Barroso, Secretário dessa Pasta; a Sra. Maria José

Gazzi Salum, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, representando o Sr. Cláudio Scliar, titular dessa Pasta; os Srs. Caio Márcio de Benício Rocha, Gerente de Desenvolvimento e Apoio Técnico às Atividades Minerárias da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, representando a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Fernando Mendes Valverde, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Agregados - Anepac -; José Balbino Maia de Figueiredo, Presidente do Sindicato Intermunicipal da Indústria de Beneficiamento de Mármore, Granitos e Pedras Ornamentais no Estado de Minas Gerais - Sinrochas-MG -; Gilberto Dias Calaes, Consultor da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Fierj -; e Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa, Chefe do 3º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate público, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, agradece aos parlamentares, aos expositores, demais convidados e participantes pela presença e pelos importantes subsídios prestados, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser realizada no dia 1º de julho, às 9 horas, no Centro de Convenções do Município de Pirapora, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Célio Moreira - Ronaldo Magalhães.

Ata da 17ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 29/6/2009

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dando-a por aprovada, e a subscreve. Registra-se a presença do Deputado Arlen Santiago (por indicação da Liderança do BSD). A Presidência informa que a reunião se destina a debater os critérios de avaliação das demarcações de terras indígenas em Minas Gerais. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Waldemar Krenak, Administrador da Executiva Regional da Funai de Governador Valadares, representando Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai; Manoel da Silva Costa Júnior, Diretor-Geral em exercício do Iter e Secretário de Estado de Reforma Agrária; Bruno Passeli, Assessor da Secretaria de Planejamento, representando Bernardo Tavares de Almeida, Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão; Simone Abreu, Coordenadora de Saúde Indígena da Secretaria de Saúde - SES-MG-, e Ricardo Assis, Assessor Jurídico da SES-MG, representando Breno Henrique Avelar de Pinho Simões, Chefe de Gabinete da SES-MG; Ailton Krenak, Assessor Especial do Governo para Assuntos Indígenas; Altino Barbosa Neto, Chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena em Minas Gerais e Espírito Santo representando Francisco Danilo Fortes, Presidente da Funasa; José Nunes, Prefeito Municipal de São João das Missões; Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Coordenador do Conselho Indigenista Missionário - Regional Leste; Walmir Moraes, Prefeito Municipal de Patis e Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - Amans -; Cacique Domingos, indígena Xacriabá, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 15ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 30/6/2009

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a preparação da etapa estadual da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Segurança Pública, apreciar matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Paulo Alkmin, Ouvidor de Polícia, encaminhando cópia de denúncia de possível envolvimento, nos fatos que relata, de policiais civis lotados na cadeia pública de Conceição das Alagoas; do Ministério da Justiça solicitando a indicação de um titular para participar como representante na Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, a se realizar no período de 27 a 30/8/2009, em Brasília, DF. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.041, 4.045, 4.048, 4.060 a 4.062, 4.084 a 4.086/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, Rômulo Veneroso, Tenente Lúcio e da Deputada Maria Tereza Lara em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, em Nova Serrana, para debater sobre aumento da violência no Município e região; Sargento Rodrigues em que solicita seja enviada ao Sr. Nilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional, cópia do documento assinado pelos agentes penitenciários lotados na Penitenciária Floriano de Paula, em Governador Valadares. Registra-se a presença da Ten. PM Gilcéia Aparecida de Oliveira Ramos, representando o Sr. Maurício Campos Júnior, Secretário de Defesa Social. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e da convidada, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

João Leite, Presidente - Pinduca Ferreira - Tenente Lúcio.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 30/6/2009

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que se encerra hoje o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.337/2009. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 910/2007 (Deputado Lafayette de Andrada), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.178/2009 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.316/2009 (relator: Deputado Inácio Franco); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 910/2007 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 2.644/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator:

Deputado Lafayette de Andrada), registrando-se o voto em branco do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Zé Maia, que opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.384/2009 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, pelo Deputado Juarez Távora, a qual recebe parecer favorável do relator. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é aprovada a Proposta de Emenda nº 1. É dada nova redação ao parecer, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1. Os Projetos de Lei nºs 3.196 e 3.338/2009 são retirados de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja convidado o Sr. Marcos Pestana, Secretário de Estado de Saúde, para prestar esclarecimentos sobre a necessidade de realização de monitoramento via satélite nos veículos doados às prefeituras municipais, bem como sobre a motivação dessa decisão e sobre a empresa responsável por esse serviço. O Presidente recebe requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita sejam encaminhados ao Desembargador Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pedidos de informação sobre o detalhamento do orçamento e dos gastos genéricos e despesas com investimentos, contratos, convênios firmados, bem como sobre a classificação e nomeação dos agentes partícipes, nos últimos 2 anos; sobre o detalhamento dos gastos das custas e emolumentos e sobre a destinação de valores para assistência judiciária ao longo dos últimos 2 anos, designando como relator dos referidos pedidos de informação o Deputado Juarez Távora. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Jayro Lessa, Presidente - Antônio Júlio - Adelmo Carneiro Leão - Juarez Távora.

Ata da 18ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 30/6/2009

Às 18h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dando-a por aprovada, e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação do jornalista José Cleves, apontado e depois inocentado da morte de sua esposa, a liberdade de imprensa e lançar o livro "A Justiça dos Lobos", do mesmo jornalista. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião, para ouvir os Srs. José Cleves da Silva, jornalista; Dídimo Miranda Paiva, jornalista; Valéria Said Tórtaro, jornalista, representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; Adriano de Souza Ventura, Vereador, professor e jornalista; Washington Tadeu de Mello, jornalista e representante da Federação Nacional dos Jornalistas; Marcelo Leonardo, advogado, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Delvito Alves - Wander Borges.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 1º/7/2009

Às 9h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Delvito Alves (substituindo o Deputado Ruy Muniz, por indicação da Liderança do DEM) e Wander Borges (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS) membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Antônio Genaro. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 4.059/2009, em turno único. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (9) em que solicita sejam encaminhados à Fundação Nacional do Índio e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado, cópia das notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências para as questões referentes às demarcações de territórios indígenas no Estado; seja encaminhada ao Congresso Nacional manifestação de repúdio ao Projeto de Lei nº 4.791/2009, dos Deputados Federais Ibsen Pinheiro e Aldo Rebelo, que transfere a competência da demarcação de terras indígenas do Executivo para o Congresso Nacional; e seja encaminhado aos Senadores e Deputados Federais mineiros pedido para que não aprovem o citado projeto de lei; seja encaminhado ao Superintendente-Geral da Polícia Civil pedido de providências para a designação de uma equipe especializada para apurar a morte do filho da Sra. Cleunice Gonçalves da Cruz Alves, ocorrida no morro da Pitimba, em Divinópolis; seja encaminhado ao Delegado responsável pedido de providências com vistas à agilidade nas apurações da referida morte; seja encaminhada ao Coordenador do CAO-DH cópia das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária desta Comissão e pedido de providências com vistas à apuração da referida morte; seja encaminhada à Corregedoria da Polícia Civil cópia das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária desta Comissão e pedido de providências com relação a atuação do Delegado responsável pela apuração da citada morte; seja encaminhada às Mesas Diretoras do Senado e da Câmara Federal, aos 3 Senadores e aos 53 Deputados da Bancada Federal mineira cópia do manifesto "Por uma Nova Lei de Imprensa", de autoria do jornalista Dídimo Paiva, para subsidiar os trabalhos legislativos; Arlen Santiago (6) em que solicita seja encaminhado à Reitoria da UFMG pedido de providências para criar ações que incentive indígenas a atuarem em suas comunidades e, também, consolidar o campo da Etiologia Indígena na referida Universidade; seja realizada reunião, com convidados que menciona, para formar grupo de trabalho que crie propostas de demarcação das terras indígenas em Minas Gerais; seja encaminhado ao Procurador-Geral do Estado e ao Procurador-Geral Federal pedido de providências para a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - que determine que os agentes de saúde das comunidades indígenas sejam das próprias comunidades ou escolhidos por membros dessas comunidades; seja encaminhado ao Diretor do programa Luz para Todos na Região Sudeste pedido de providências para que sejam priorizadas as obras em áreas indígenas e para que interceda junto ao Ministério das Comunicações com vistas a que sejam instalados telecentros em todas as comunidades indígenas, especialmente nas comunidades Xacriabás; seja encaminhado à Funai pedido de providências para que autorize a Secretaria de Saúde a construir postos de saúde em terras indígenas; sejam encaminhados ao Presidente da Funai manifestação de repúdio pelo não comparecimento à audiência pública desta Comissão realizada no dia 29/6/2009, bem como pedido para que agende outra reunião na data em que lhe aprouver; Padre João em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, no Município de Guaraciaba, com convidados que menciona, discutir a atuação violenta da Polícia Militar nesse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Antônio Genaro - Vanderlei Miranda.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª

Legislatura, em 1º/7/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Elmiro Nascimento e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e dispensa, nos termos regimentais, a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o funcionamento de feiras e assemelhados no Complexo Mineirão/Mineirinho. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Cel. José Eustáquio Natal, Diretor-Geral da Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - Ademg -; Valdelino Leite, Procurador-Chefe da Ademg; Juliana Renault Vaz, Presidente da Associação dos Moradores dos Bairros São Luiz e São José - Pro-Civitas; Osvaldo Locarmo Machado, Gerente Regional de Limpeza Urbana da Regional Municipal Pampulha; Miriam Terezinha Leite Barreto, Gerente Regional de Regulação Urbana Pampulha; Luiz Arnaldo Junqueira Prata, Secretário-Adjunto de Administração Regional Municipal Pampulha, representando o Sr. Osmando Pereira da Silva, Secretário de Administração Regional Municipal Pampulha; Ludmila Gauzzi Carneiro e Eduardo Lima, Administradores da Feira de Artesanato do Mineirinho, representando o Sr. Virgílio Araújo Filho, Diretor da Feira de Artesanato do Mineirinho; Ex-Deputado Dirceu Pereira, Diretor de Promoções e Eventos da Ademg; Ricardo Afonso Raso, Diretor de Infraestrutura da Ademg; e Weligton Magalhães, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Padre João - Lafayette de Andrada - Fábio Avelar.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 1º/7/2009

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Lafayette de Andrada, Neider Moreira, Padre João e Fábio Avelar (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.134/2008, no 2º turno (Deputado Padre João), 3.186/2009, no 2º turno (Deputado Lafayette de Andrada), 3.367/2009, no 1º turno (Deputado Domingos Sávio) e 2.949/2008, no 1º turno (Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita inversão da pauta, de modo que o Projeto de Lei nº 3.186/2009 seja apreciado em último lugar. Anunciada a discussão do parecer do relator, Deputado Délio Malheiros, sobre o Projeto de Lei nº 2.968/2009, que conclui por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Constituição e Justiça, e 6 a 10, que apresenta, a Presidência informa que foram recebidas as Propostas de Emenda nºs 1 e 2, do Deputado Sargento Rodrigues, 3 a 8, do Deputado Domingos Sávio, e 9 a 13, do Deputado Padre João. Informa, ainda, que as Propostas de Emenda nºs 1, 3, 4, 5, 9, 10, 12 e 13 já estão inseridas no parecer e a Proposta de Emenda nº 11 deixa de ser recebida, por guardar semelhança com proposta de emenda apresentada anteriormente. Encerrada a discussão, é submetido a votação e aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do referido projeto, com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Constituição e Justiça, e 6 a 10, apresentadas (relator: Deputado Délio Malheiros). São rejeitadas as Propostas de Emenda nºs 2, 6, 7 e 8. Anunciada a discussão do parecer do relator, Deputado Délio Malheiros, sobre o Projeto de Lei nº 3.151/2009, no 1º turno, que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta, a Presidência informa que foi recebida a Proposta de Emenda nº 1, do Bloco Parlamentar Social. Encerrada a discussão, é submetido a votação e aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do referido projeto, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. É rejeitada a Proposta de Emenda nº 1. O Presidente determina a distribuição de avulsos, solicitada pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada, do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.186/2009, no 2º turno, que conclui por sua aprovação na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.014, 4.015, 4.016, 4.043, 4.058, 4.073, 4.103 e 4.105/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros e Padre João solicitando a realização de audiência pública para dar prosseguimento às discussões das questões relativas à situação dos servidores da Funed e para acompanhar o resultado das negociações que se desenvolvem, junto ao Governo do Estado; e Délio Malheiros (2) solicitando que a Consultoria da Casa proceda à revisão da legislação estadual relativa à poluição sonora, para sua atualização; e solicitando que seja formulado apelo à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para que se analise e se proceda à assinatura de convênios com a Ademg e os demais órgãos necessários, com o fim de regularizar a realização de feiras no Complexo Mineirão-Mineirinho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 2/7/2009, às 11 horas, para se apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.186/2009, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2009.

Ivair Nogueira, Presidente - Domingos Sávio - Fábio Avelar - Padre João - Lafayette de Andrada - Elmiro Nascimento.

Ata da 15ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/7/2009

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sebastião Helvécio, Almir Paraca, Adelmo Carneiro Leão e Vanderlei Jangrossi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os anteprojetos de reforma política encaminhados à Câmara dos Deputados por meio do Aviso Ministerial nº 1.297. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Luíza Erundina de Souza, Deputada Federal, Coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular; Eliana Magalhães Graça, do Instituto dos Estudos Socioeconômicos - Imesc - e os Srs. Robson Sávio Reis Souza, Assessor do Núcleo de Estudos Sócio-Políticos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, representando Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães, Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas; Marco Antônio de Jesus, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - Cut-MG -; Luiz Carlos de Assis Bernardes, Diretor do Conselho Fiscal dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais - SJPMJ -; Edmo Luiz da Cunha Pereira, Membro da Coordenação do Fórum Mineiro pela Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem aos debates, passa a suas considerações iniciais; a seguir, concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, co-autor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do Deputado Fábio Avelar. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados André Quintão e Carlin Moura, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para o lançamento da Frente Trabalhista Mineira em prol da Competência Penal da Justiça do Trabalho. Cumprida

a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/7/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.966/2009, do Governador do Estado, que define nova categoria de manejo para a Área de Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.936/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a promover as medidas necessárias à transformação da Codemig em empresa pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.384/2009, do Governador do Estado, que concede isenção tributária vinculada à realização da Copa das Confederações da FIFA de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.858/2008, do Governador do Estado, que autoriza a desafetação de parte da área da Reserva Biológica Serra Azul, criada pelo Decreto nº 39.950, de 10/10/98. A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável opina pela aprovação na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras-MG- e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 910/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado - DER-MG - a doar ao Município de São Tiago o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.396/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfim Moreira os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.438/2008, da Deputada Cecília Ferramenta, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coronel Fabriciano o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 7/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.303/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.443/2009, do Governador do Estado; 2.984/2009, do Deputado Braulio Braz; 3.017/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.021/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.163/2009, do Deputado Zé Maia; 3.195/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.210 e 3.229/2009 do Deputado Domingos Sávio; 3.249/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.252/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.255/2009, do Governador do Estado; 3.305/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.317/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.319/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.321/2009, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.348/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.404/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.429/2009, do Deputado Zé Maia; 3.430 e 3.436/2009 do Deputado Zezé Perrella.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.176/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.308/2009, do Deputado João Leite; 3.346/2009, do Deputado Adalclever Lopes; 3.409/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.410/2009, do Deputado Neider Moreira; 3.413/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.414/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 3.415/2009, do Deputado Irani Barbosa; 3.416/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.422/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.423/2009, do Deputado Padre João; 3.425 e 3.426/2009 do Deputado Tenente Lúcio; 3.427/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.428/2009, do Deputado Zé Maia; 3.433/2009, do Deputado Tiago Ulisses; 3.434/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.435/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 7/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 7/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 7/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.129/2009, do Deputado Wander Borges; 4.137/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 7/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 551/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 1.432/2007 e 2.478/2008, do Deputado Arlen Santiago; 2.480/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.001/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.050 e 3.051/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.070/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.109/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.366/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Requerimentos nºs 4.076 a 4.081/2009, da Deputada Rosângela Reis; 4.093/2009, do Deputado Doutor Viana; e 4.136/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 7/7/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.123, 4.124 e 4.125/2009, do Deputado Duarte Bechir; e 4.134, 4.139 e 4.140/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 7/7/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 910/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado - DER - MG - a doar ao Município de São Tiago o imóvel que especifica, 2.396/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfim Moreira os imóveis que especifica, 2.438/2008, da Deputada Cecília Ferramenta, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coronel Fabriciano o imóvel que especifica, 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras - MG - e dá outras providências, e 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 6 de julho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Ruy Muniz e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/7/2009, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, com a presença de convidados, denúncia de irregularidades nas transferências de policiais militares do Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Walter Tosta, Elmiro Nascimento e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/7/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e

votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.136/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, 3.141/2009, do Deputado Wander Borges, e 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.062/2009, do Deputado Deiró Marra, 3.175/2009, do Deputado Fábio Avelar, 3.234/2009, do Deputado Djalma Diniz, 3.320/2009, do Deputado Walter Tosta, 3.349/2009, do Deputado Antônio Júlio, 3.358 e 3.360/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.380/2009, do Deputado Dimas Fabiano, 3.385/2009, do Deputado Almir Paraca, 3.388/2009, do Deputado Antônio Júlio, e 3.390/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.074/2009, do Deputado Doutor Viana, 4.092/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.110 e 4.111/2009, do Deputado Weliton Prado, 4.119/2009, do Deputado Jayro Lessa, e 4.130/2009, do Deputado Wander Borges; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2009.

Rosângela Reis, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/7/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a forma como o IEF e outros órgãos ambientais vêm fiscalizando os produtores rurais da região, provocando processos penais ajuizados pelo Ministério Público; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/7/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

exonerando Antônio Bosco Capobiango do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando João Batista da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando José Maria Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Leonardo Ermindo Cardoso do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Leonardo Geraldo da Silveira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Marco Antônio Landim Pereira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Maria Emilia Borges e Borges do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Maria Hélia dos Santos Vieira Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Matizabel Chaves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Neuzanete Souto Ribeiro Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Oderige Rodrigues Borba do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Osvaldina de Souza Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Rita de Cássia Vilasboas Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Walter Garcez Mares Junior do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Walter Gomes de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Antônio Bosco Capobiango para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando João Batista da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando José Maria Filho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Leonardo Ermindo Cardoso para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Leonardo Geraldo da Silveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Marco Antônio Landim Pereira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Maria Emilia Borges e Borges para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Maria Hélia dos Santos Vieira Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Matizabel Chaves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Neuzanete Souto Ribeiro Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Oderige Rodrigues Borba para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Osvaldina de Souza Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Rita de Cássia Vilasboas Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Walter Garcez Mares Junior para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Walter Gomes de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando José Ronaldo de Freitas Machado do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando Isabelle Fernandes Vieira de Matos Rocha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Gislande Maria de Oliveira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

exonerando Janaina da Conceição de Paula Santos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Wenderson Ezequiel do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Gislande Maria de Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Isabelle Fernandes Vieira de Matos Rocha para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Janaina da Conceição de Paula Santos para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando José Ronaldo de Freitas Machado para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Wenderson Ezequiel para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Assis Cassimiro de Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Benício José de Araújo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Eliane de Oliveira Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Giovanni Bezerra de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando José Vieira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Mauricio de Avila Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Olair Francisco Xavier do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Silmar Sousa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Valdeci Campos Nascimento do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Adriano Evangelista Temoteo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Aline Gomes da Costa Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Ana Maria de Almeida Roque para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Cleuza Aparecida de Paulo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Fabiana Gonçalves Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Hudson Silva Inacio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rejeane Aparecida de Souza Melo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Sandre Crisipo de Araújo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Silvana Silva Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rêmoló Aloise

nomeando Arnaldo Lima Saraiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Karina Kristian de Azevedo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Maria das Graças de Paiva Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Fernando de Jesus Gonçalves para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Karina Kristian de Azevedo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2009

Objeto: contratação de serviços de conexão de dados. Pregoeira vencedora: CTBC Multimídia Data Net S.A.

Belo Horizonte, 6 de julho de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 20/07/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para fornecimento de água mineral sem gás.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Ed. Tiradentes, onde poderá ser retirado no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 6 de julho de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.